BOLETIM MERIDIANO 47

ISSN 1518-1219

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Volume 14 – Nº 139 – Setembro-Outubro – 2013

SUMÁRIO

Artigos

3 Reflexões sobre um outro onze de setembro: O golpe no Chile quarenta anos depois
Reflections on another September 11: The coup in Chile forty years later
Carlos Federico Domínguez Avila

10 Políticas Nucleares dos Estados Unidos da América (1946-1956): cooperação ou monopólio?
Nuclear Policies of the United States of America (1946-1956): cooperation or monopoly?
Mário Fabrício Fleury Rosa

17 A relevância atual da noção de dependência
The actual relevance of the notion of dependence
Angelita Matos Souza

24 O papel da comunicação digital na arena internacional: Mobilização política *online* e a Primavera Árabe
The role of digital communication in the international arena: Online political mobilization and the Arab Spring
Vivian Patricia Peron Vieira

31 Segurança nacional e liberdades civis nos Estados Unidos: Obama e a opção pela segurança
National security and civil liberties in the United States: Obama and the option for security
Cláudio Júnior Damin

38 A política comercial dos Estados Unidos no primeiro governo Obama: heranças, estratégias e desafios
US trade policy under President Obama: inheritance, strategies and challenges
Thiago Lima
Filipe Mendonça

Resenhas

45 Pour l'histoire des relations internationales
José Flávio Sombra Saraiva
Natália Bandeira Ramos Coelho
Maria Helena de Aguiar Notari

48 The Political Economy of East Asia: striving for wealth and power
Alexandre Cesar Cunha Leite

BOLETIM MERIDIANO 47

Volume 14 – Nº 139 – Setembro-Outubro – 2013 ISSN 1518-1219

Boletim Meridiano 47 é uma publicação bimensal em formato digital do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) dedicada a promover a reflexão, a pesquisa e o debate acadêmico sobre os temas da agenda internacional contemporânea.

© *2000-2013 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais* – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

Política Editorial

O *Boletim Meridiano 47* publica contribuições inéditas de professores e pesquisadores, na forma de artigos científicos focados em temas da atualidade internacional e estudos de áreas geográficas e resenhas de livros.

Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental e nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros.

Boletim Meridiano 47 é uma publicação bimensal, publicada em formato digital. O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de Relações Internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (*blind review*). A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos científicos e resenhas de livros;
2. Os artigos devem conter entre 20 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços) e as resenhas de livros devem conter cerca de 6 mil caracteres (espaços inclusive);
3. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
4. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do texto;
5. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
6. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
7. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
8. As contribuições devem vir acompanhadas de:

a. 3 palavras-chave em português e 3 *key words* em inglês;
b. Título em inglês;
c. Resumo em português e *abstract* em inglês, ambos com até 50 palavras.

9. O autor deve declarar, no formulário de submissões, que é único responsável pelo conteúdo da contribuição apresentada ao Conselho Editorial do *Boletim Meridiano 47*;
10. O autor deve declarar, no formulário de submissões, que o conteúdo da contribuição não possui nada que possa ser considerado ilegal, difamatório ou que provoque qualquer conflito de interesse ou que possa interferir na imparcialidade da obra apresentada.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (*blind review*). Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 30 (trinta) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site do Boletim (<http://www.meridiano47.info) e depois consolidados na edição em formato pdf, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se fazem por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/.

Indexação

Os artigos publicados neste veículo estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços internacionais / Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the following international services:

Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, CSA Worldwide Political Science Abstracts, Francis, Index Islamicus, International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Social Sciences – IBZ, International Political Science Abstracts, International Security & Counter-Terrorism Reference Center, Peace Research Abstracts, Political Science Complete, Public Affairs Index, Advanced Placement Government & Social Studies Collection, Academic One File, Social Sciences Abstracts, Academic Search Alumni Edition,Academic Search Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, CSA Worldwide Political Science Abstracts, Francis, Index Islamicus, International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Social Sciences – IBZ, International Political Science Abstracts, International Security & Counter-Terrorism Reference Center, Peace Research Abstracts, Political Science Complete, Public Affairs Index, Advanced Placement Government & Social Studies Collection, Academic One File, Social Sciences Abstracts, Academic Search Alumni Edition,Academic Search Complete, Academic Search Elite, Academic Search Premier, Current Contents of Periodicals on the Middle East, Current Geographical Publications, Expanded Academic ASAP, Fonte Acadêmica Fuente Académica, Fuente Académica Premier, Handbook of Latin America Studies – Library of Congress, Humanities International Index, Informe Académico, Informe Revistas en Espanol, InfoTrac Custom (Cengage Gale), RePEc: Research Papers in Economics, Scimago Journal & Country Rank, Social Science Research Network (SSRN), Social Sciences Abstracts, SocINDEX, SocINDEX with Full Text, TOC Premier, Ulrich's Periodicals Directory, World History Abstracts, World Scholar: Latin America and the Caribbean, e-Revistas, Cabells Economics and Finance Directory, Directory of Open Access Journals – DOAJ, Geodados, Google Scholar, Latin American Periodicals Tables of Contents (LAPTOC), Latin Americanist Research Resources Project (LARRP), OAIster, Portal Periódicos Capes, Recent Science Index, Scholarly Journals Index, Scientific Commons, Scientific Publications Index, Scientific Resources Database, Scirus, Social Science Information Gateway(SOSIG), Sociological Abstracts, Sumários de Revistas Brasileiras, Summon Content & Coverage, UNESCO – DARE Database – International Social Sciences Directory, World Affairs Online – German Institute for International and Security Affairs, Worldcat, Academia.edu, Academic Journals Database, Academic Papers Database, Bielefeld Academic Search Engine – BASE, Cibera, Contemporary Research Index, Current Index to Scholarly Journals, DataÍndice, Digital Journals Database, Directory of Academic Resources, Elektronische Zeitschriftenbibliothek, Elite Scientific Journals Archive, European Information Network on International Relations and Area Studies, History Journals, IBICT, Infomine – Scholarly Internet Resources Collections, Intute, Journal Tables of Contents – Journal TOCS, La Criée: Périodiques en Ligne, Latindex, LivRe!, Mundorama, NewJour, Open J-Gate, Public Knowledge Project – Open Archives Harvester, SOCOLAR, SUDOC – Le catalogue du Système Universitaire de Documentation, WorldWideScience.org, hbz-Verbunddatenbank.

O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo
Diretor Geral: Pio Penna Filho
Diretoria: Carlos Eduardo Vidigal, Tânia Maria Pechir Manzur, Thiago Gehre Galvão
Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa
Editor-adjunto: Virgílio Arraes, Pio Penna Filho
Secretaria: Leonardo Carvalho Leite Azeredo Bandarra

Conselho Editorial

Amine Ait-Chaalal (Université Catholique de Louvain, Bélgica), Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília, Brasil), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Carlos Milani (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília, Brasil), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília, Brasil), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina), Haibin Niu (Shanghai Institute for International Studies, China), James Green (Brown University, Estados Unidos), Jean Daudelin (Carleton University, Canadá), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil), Lincoln Bizzozero (Universidad de la República, Uruguai), Marcelo Coutinho (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Marcelo de Almeida Medeiros (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil), Marcos Guedes de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Maria Helena Guimarães (Universidade do Minho, Portugal), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Nizar Messari (Al Akhawayn University in Ifrane, Morocos), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo, Brasil), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil), Steen Fryba Christensen (Aalborg University, Dinamarca), Rafael Duarte Villa (Universidade de São Paulo, Brasil) Virgílio Caixeta Arraes (Universidade de Brasilia, Brasil).

Reflexões sobre um outro onze de setembro: O golpe no Chile quarenta anos depois

Reflections on another September 11: The coup in Chile forty years later

Carlos Federico Domínguez Avila*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013 [p. 3 a 9]

Introdução

Há quarenta anos, em 11 de setembro de 1973, o governo constitucional do Chile, então dirigido pelo presidente Salvador Allende, foi derrubado por uma conspiração militar. A respeitável trajetória democrática do país foi substituída por um regime burocrático-autoritário particularmente repressivo e violento. O presidente Allende foi levado ao martírio, e nos meses seguintes mais de três mil chilenos foram assassinados pelas forças armadas e policiais. Segundo o último relatório das vítimas do regime militar chileno mais de quarenta mil pessoas foram objeto de abusos graves durante os dezessete anos de autoritarismo. Naquele onze de setembro assumiu uma Junta Militar integrada pelos comandantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e dos Carabineiros – isto é, da Polícia –, e comandada pelo general Augusto Pinochet Ugarte (Valenzuela, 1988).

A derrocada do governo da Unidade Popular, a desestruturação do regime democrático, o martírio de Allende, e a imposição do regime burocrático-autoritário provocaram importantes desdobramentos domésticos, principalmente no campo político, social, econômico e cultural (Valdivia e outros, 2006). A documentação consultada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – doravante AHMRE – sugere que a Chancelaria e a Embaixada brasileira em Santiago acompanhavam de perto os acontecimentos no referido país.

Vale acrescentar que a documentação consultada no AHMRE foi objeto da correspondente crítica metodológica, própria dos estudos de história das relações internacionais. No que diz respeito à crítica interna, constata-se que os documentos primários são originais. E na crítica externa, verifica-se que a documentação foi redigida por diplomatas e/ou servidores públicos brasileiros na época do regime militar comandado pelo general Emílio G. Médici. As apreciações do embaixador brasileiro em Santiago, Antônio Cândido da Câmara Canto, são essencialmente simpáticas ou convergentes ao regime militar chileno. A esse respeito, parece pertinente lembrar que Brasília participou ativamente na conspiração que levou à derrocada de Allende, e posteriormente deu sustentação política, militar e financeira ao novo regime implantado em Santiago (Moniz Bandeira, 2008). Essa perspectiva essencialmente favorável ao regime burocrático-autoritário chileno não é compartilhada pelo autor deste artigo (Domínguez Avila, 2012).

Como quer que seja, na manhã desse outro onze de setembro o embaixador Câmara Canto enviou a Brasília mensagem urgente informando o seguinte: "Todas as emissoras de Santiago estão transmitindo proclamação ao país, assinada pelos general Pinochet, almirante Merino e general Leigh, comandantes em chefe das forças armadas e pelo comandante de Carabineiros, que exigem a imediata entrega do poder pelo presidente da República àqueles chefes,

* Doutor em História das Relações Internacionais e Docente e pesquisador do Centro Universitário Unieuro (cdominguez_unieuro@yahoo.com.br)

que constituíram-se em Junta Militar de Governo." Em contraste com outras experiências latino-americanas, em que os governantes afinal aceitavam entregar o poder às forças golpistas, Allende anunciou, no seu último discurso radiofônico, sua disposição de resistir, além de denunciar a traição e a mentira dos comandantes insurgentes. Nessa oportunidade, o presidente chileno manifestou categoricamente,

> Diante destes fatos só me cabe dizer aos trabalhadores: Não vou renunciar! Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade ao povo. E lhes digo que tenho certeza de que a semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos, não poderá ser ceifada definitivamente. [Eles] têm a força, poderão nós avassalar, mas não se detém os processos sociais nem com o crime nem com a força. A história é nossa e a fazem os povos.
> […] Trabalhadores de minha Pátria, tenho fé no Chile e seu destino. Superarão outros homens este momento cinzento e amargo em que a traição pretende impor-se. Saibam que, antes do que se pensa, de novo se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor.
> Viva Chile! Viva o povo! Vivam os trabalhadores! Estas são minhas últimas palavras e tenho a certeza de que meu sacrifício não será em vão. Tenho a certeza de que, pelo menos, será uma lição moral que castigará a perfídia, a covardia e a traição.

A documentação diplomática e a literatura especializada no assunto recolhem dados sobre o bombardeio de caças da Aeronáutica ao Palacio de La Moneda, sede do executivo chileno, sobre as desesperadas ações de resistência popular ao golpe, sobre a imposição de um rigoroso toque de recolher, da detenção de grande número de simpatizantes do governo da Unidade Popular, sobre o martírio do presidente Allende, e finalmente sobre o anuncio da constituição da Junta Militar de Governo, dirigida pelo comandante do Exército.

Sob a perspectiva dos militares chilenos, o "pronunciamento" se justificava diante da gravíssima situação econômica e social do país. Os conspiradores também mencionaram a existência de grupos armados de apóio ao governo da Unidade Popular, e a retórica anticomunista própria da época do conflito leste-oeste. E a duríssima repressão implementada contra os grandes partidos da Unidade Popular – especialmente o Partido Socialista e o Partido Comunista – eram mesmo para decapitar a esquerda chilena, evitar uma eventual guerra civil e impedir que a esquerda voltasse a participar do processo político. Nos dias seguintes vários atos institucionais – denominados de *Bandos* – determinaram o fechamento do Congresso, a imposição de um "recesso político" com a dissolução de todos os partidos, a suspensão da Constituição de 1925, a implantação de uma tecnoburocracia vinculada aos setores conservadores da sociedade, as mudanças na política econômica, a censura da imprensa – e a constituição do jornal *El Mercúrio* em virtual porta-voz do governo –, e uma forte repressão em zonas urbanas e rurais – cujos símbolos mais evidentes foram a transformação do Estadio Nacional de Santiago em um grande campo de concentração, as execuções em Paine e Mulchén, e a denominada Caravana da Morte (Verdugo, 2001).

Sobre a formação de um regime burocrático-autoritário

Poucos dias depois do golpe, em 17 de setembro de 1973, o embaixador Câmara Canto enviou a Brasília uma apreciação geral da situação interna e dos cenários prospectivos do novo regime chileno. No documento em apreço o diplomata brasileiro ponderava que a Junta Militar disporia do apoio irrestrito do Partido Nacional – de orientação direitista – e discretamente também do Partido Democrata-Cristão – de centro-direita. Ele acrescentou que ambas organizações políticas, especialmente os democrata-cristãos, apostavam por uma rápida devolução do poder político aos civis; nessa linha, eles estavam bem-dispostos a colaborar com as políticas de reconstrução nacional. Segundo o diplomata,

> Esquematicamente, parece haver, neste momento, três alternativas abertas à atuação política da Junta Militar: (1) O Governo Militar com apoio das correntes da direita (Partido Nacional); (2) devolução, a curto ou médio prazo, do poder aos civis; e (3) o Governo Militar baseado no diálogo direto com organizações não partidárias, os chamados grêmios, especialmente de trabalhadores e profissionais, com marginalização dos atuais partidos políticos (uma aproximação do modelo peruano). A primeira alternativa enfrentaria, certamente, obstáculos como: (a) a reação da esquerda, cuja intensidade no momento não se pode prever podendo variar desde a intensificação da luta armada a atos isolados de terrorismo; (b) o nível de tensão social que poderia ocorrer e que concorreria para acentuar a reação das esquerdas e da DC; (c) a reação dos liberais em geral e da DC em particular que, marginalizados do poder, buscariam herdar a bandeira das reivindicações populistas. A segunda alternativa, que agradaria profundamente à DC, provocaria resistências de ambas as extremas e tem contra si um certo conteúdo anti-partidário que a Junta já está deixando transparecer ("Nosso país está farto da política") e o medo de que, através da devolução do poder aos civis, a esquerda pudesse voltar a influir nos destinos políticos do país. Uma possível combinação dessas duas alternativas seria o estabelecimento de um governo forte baseado no entendimento das Forças Armadas com os homens do Partido Nacional e da ala direita da Democracia Cristã, com a marginalização da ala esquerda dessa agremiação e sua eventual transformação num novo inóquo "Mapu". Neste caso, continuaria o país profundamente dividido entre esquerda e direita, mas o governo de direita apresentaria solidez maior. A terceira alternativa poderia ocorrer, teoricamente, no caso de uma decisão contraria aos partidos políticos por parte da Junta, vir a sobrepor-se a disposição de diálogo direto, em especial com os trabalhadores. Pré-requisitos para [essa] linha política seria a rápida debelação dos atuais focos da resistência ao Governo Militar, condição sine-qua-non para o diálogo, e a formação de uma nova liderança operária. […] Evidentemente, ainda é cedo para que se tirem conclusões com alguma precisão sobre a evolução da situação política. A Junta Militar, em seus primeiros dias de governo, dispõem de um amplo horizonte de opções políticas[.] Ao longo das próximas semanas esse horizonte se estreitará principalmente em função de três variáveis: (a) o grau de propensão à direita dos integrantes da Junta; (b) a reação da DC aos acontecimentos; e, (c) o grau de resistência à pacificação do país que os elementos da UP poderão oferecer.

Ex post facto, e levando em consideração as elucubrações de Câmara Canto, é evidente que em Chile, a partir de setembro de 1973, passou a imperar um regime burocrático-autoritário. Esse tipo ideal de governo se aproximava aos moldes da primeira alternativa mencionada no parágrafo anterior (Kornbluh, 2004).

Observe-se que o regime comandado pelo general Pinochet não implicava necessariamente um retorno ao passado oligárquico do Chile, e sim uma "revolução da direita" tanto em termos sociais e políticos quanto econômicos. Em termos sociais e políticos, os militares procuraram uma desmobilização e despolitização dos trabalhadores, combinada com a extinção de todos os meios legais de atuação dos partidos de esquerda, com a aproximação do modelo hobbesiano, e com a promoção dos chamados grupos *gremialistas* – isto é, um virtual neopopulismo de direita representado pelo seu ideólogo Jaime Guzmán. E no campo econômico, o regime burocrático-autoritário "inovou" com a precoce implementação de políticas de orientação neoliberal. Essas políticas econômicas impulsionadas pelos *Chileans boys* incluíam a liberalização de preços, a privatização de empresas, a reforma do Estado (tecnoburocracia direta e indiretamente ligada aos setores direitistas da sociedade), a devolução de industrias e propriedades rurais ocupadas pelos operários e camponeses no governo da Unidade Popular, a extinção de mecanismos de subsídios aos trabalhadores, a abertura ao capital externo, o distanciamento da integração regional, e a imposição de nova legislação trabalhista, dentre outras iniciativas semelhantes (Valdivia e outros, 2006).

Considerações finais: Outros desdobramentos do regime burocrático-autoritário chileno

Nas semanas subseqüentes, Câmara Canto informou a Brasília sobre outras repercussões domésticas geradas pelo golpe de Estado. Nessa linha, três assuntos merecem particular interesse para os fins deste artigo: (a) a conjuntura econômica, (b) o destino dos prisioneiros políticos e dos asilados, e (c) a recomposição da oposição político-partidária e militar ao regime.

A complexa e difícil conjuntura da economia chilena em meados de 1973 há gerado numerosas e contraditórias interpretações. Para alguns autores o caos econômico era resultado da conspiração golpista e de seus aliados domésticos e externos. Outros questionavam algumas determinações macroeconômicas do governo da Unidade Popular. E alguns poucos destacaram a insuficiente cooperação econômica do bloco socialista. Seja como for, após o golpe militar a embaixada brasileira em Santiago enviou a Brasília freqüentes relatórios sobre a conjuntura econômica do país. Assim, em 16 de outubro de 1973, Câmara Canto informou sobre a liberalização de preços e uma dramática espiral inflacionária, segundo a fonte "O esquema adotado tem por objetivo revitalizar a atividade privada e capacita-la a efetuar as inversões necessárias ao desenvolvimento"; contudo, "A decisão da Junta [Militar] provocou uma expansão inédita e inimaginável do custo de vida no Chile nestes últimos trinta dias"; e concluindo o seguinte:

> O ritmo de incremento dos preços internos a partir de onze de setembro supera, de longe, todos os recordes atingidos pelo Chile em matéria de inflação nestes últimos anos. Cabe assinalar: 1) essa alteração drástica da estrutura de preços incidirá forçosamente sobre os setores de mais baixas rendas, incapazes de obter compensações imediatas; 2) o governo postergou para janeiro [de 1974] o reajustamento global dos salários que deveria ter se verificado em 1 de outubro; 3) a fórmula de compensação […] arbitrada pelas autoridades não recompõe a perda de poder adquisitivo experimentada pelos assalariados desde outubro do ano passado; 4) os critérios de eficiência e produtividade que se pretendem introduzir na área social em todas as empresas "ocupadas" pelo antigo regime envolve, necessariamente, a dispensa de mão-de-obra supérflua contratada pela UP e a imediata supressão de entrega de mercadorias aos trabalhadores; 5) a política econômica que começa a ser executada pela Junta deverá provocar, a curto prazo, forte compressão do consumo dos grupos sociais de baixas rendas.

Com efeito, a inflação – de quase 600% em 1973 – provocou graves perdas no poder adquisitivo das famílias, particularmente de baixa renda. O governo militar tentou organizar encontros com empresários, arrendatários e trabalhadores para reduzir os impactos sociais da espiral inflacionária, com poucos resultados positivos. Assim, em novembro de 1973, em reunião com os empresários, o governo teria formulado uma exortação e/ou advertência ao setor privado para "abster-se de cobrar preços excessivos"; o próprio general Pinochet teria ponderado que "O movimento de 11 de setembro […] não se fez para beneficiar a ninguém em particular, mas para todos os chilenos. Por isso, quem se desvia destes conceitos estará faltando com a Pátria e será punido", "Peço-lhes a todos ampla compreensão, ampla cooperação, porque está em jogo o destino da Pátria e seu fracasso seria algo que todos teríamos que lamentar", concluiu. Simultaneamente observou-se no Chile uma rápida revalorização da moeda nacional, gerada pela disponibilização de dólares anteriormente acumulados pelos empresários e pela classe média durante o governo da Unidade Popular, com intuito de manter o poder adquisitivo. E o sistema de bem-estar social, construído ao longo de muitas décadas, começou a ser desarticulado, especialmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas. Assim, com o passar dos meses, o Chile do regime burocrático-autoritário erigiu-se em laboratório neoliberal, com graves conseqüências domésticas – e de inserção internacional (Winn, 2010).

A intensa e persistente repressão política foi outra das características fundamentais do regime burocrático-autoritário chileno. Acredita-se que mais de três mil pessoas foram assassinadas pelas forças de segurança do Estado. Milhares foram para o exílio. Outros foram objeto de tortura e outros abusos aos direitos humanos. Nesse sentido,

o general Pinochet foi denunciado como um novo *hostis humani* generis (Kornbluh, 2004). Nesse contexto, Câmara Canto tomou nota, com certa parcimônia, da existência de prisioneiros políticos, de fuzilamentos, de asilados em embaixadas de terceiros países, e de sequestros. E quase um ano depois do golpe, o referido diplomata informou a Brasília o seguinte:

> Almocei ontem em companhia de diversas autoridades militares chilenas, em ambiente de grande camaradagem, em que eu era o único estrangeiro presente. Na ocasião, discutindo o destino a ser dado aos prisioneiros políticos mais importantes, apurei a intenção de comutar as quatro condenações a morte decididas pelo Conselho de Guerra da FACH em penas longas de prisão em razão de que a aplicação da pena capital traria conseqüências nefastas à imagem do Chile no exterior. Verifiquei também a tendência, entre esses militares, de nem sequer levar a julgamento, por essa mesma razão, as personalidades mais importantes do governo anterior que se encontram na ilha Dawson, e que depois seriam, segundo esse raciocínio, simplesmente banidos do país. Pareceu-me significativo o fato de que essa idéia teve como principal articulador o general Sérgio Arellano, um dos mais fieis e importantes representantes da "linha dura" do anti-marxismo chileno. Foi proposto também nessa ocasião que almoços desse tipo se realizem mensalmente com a presença adicional do general Pinochet.

Cumpre acrescentar que os quatro condenados a morte eram oficiais e suboficiais constitucionalistas da força aérea que se pronunciaram contra o golpe de Estado. Inicialmente eles foram condenados a pena capital, e finalmente tiveram suas penas comutadas a trinta anos de prisão. Paralelamente a pena de banimento de lideranças – inclusive de militantes da Democracia Cristã – passou a ser oficialmente implementada pelas autoridades chilenas contra os opositores a partir de maio de 1975. O banimento implicava não só a expulsão de chilenos do próprio país como também o impedimento de ingressar ao seu Estado de origem desde o exterior – em flagrante violação dos direitos humanos –; e em alguns casos a própria nacionalidade chilena foi suspensa para antigos simpatizantes da Unidade Popular – tornando-se oficialmente apátridas.

Problemas semelhantes experimentaram mais de 6000 chilenos – e estrangeiros que moravam no país andino – que solicitaram asilo diplomático em numerosas representações diplomáticas sediadas em Santiago – principalmente de países latino-americanos e europeus. Não poucos estrangeiros residentes no Chile foram objeto de repressão, tortura, execução extra-judicial ou outros abusos aos direitos humanos. E certos opositores chilenos refugiados no exterior acabaram sendo objeto de atentados terroristas organizados pelas forças de segurança do regime burocrático-autoritário. Alguns autores sugerem que essas precoces iniciativas são antecedentes da Operação Condor, impulsionada pelos regimes militares do Cone Sul na década de 1970 (MsSerry, 2009).

Finalmente a documentação consultada também permite inferir sobre a recomposição da oposição política – e armada – ao regime burocrático-autoritário chileno. Em um contexto de "recesso político", de fechamento do Congresso e de feroz repressão de quaisquer veleidade de contestação, é importante, para os fins deste artigo, constatar a gradual convergência de instituições políticas de centro (Democracia Cristã e Partido Radical) e de esquerda (Partido Socialista). Essas organizações políticas terminariam erigindo-se na coalizão opositora – isto é, a Concertação – que governou o país após o fim do regime autoritário (Muñoz, 2012).

Parece importante ponderar que a posição dos democrata-cristãos era particularmente complexa nesse contexto político e social. Lembre-se que, logo após o golpe de Estado, o presidente daquela entidade, Patrício Aylwin, expressou pública e privadamente apoio ao governo da Junta Militar. Aparentemente os dirigentes dessa entidade política acreditavam que, logo após um breve período de reconstrução nacional (de aproximadamente dois anos), os militares voltariam aos quarteis, devolveriam o poder político aos civis, e deixariam uma grande oportunidade a da Democracia Cristã. Contudo, as forças armadas chilenas optaram por uma concentração do poder político que excluía a colaboração com a Democracia Cristã nos moldes almejados por Aylwin e outros dirigentes.

O virtual rompimento do Partido Democrata Cristão com o regime burocrático-autoritário teria acontecido em outubro de 1974, quando o governo militar determinou proibir o ingresso ao país do fundador daquela organização e ex-vicepresidente do país Bernardo Leighton – então exilado em Roma. Diante do virtual banimento do referido dirigente, Aylwin publicou uma dura nota na imprensa, prontamente respondida pelo próprio general Pinochet. Para o embaixador brasileiro,

> As declarações de Aylwin são, por conseguinte, um autêntico desafio ao general Pinochet e colocam o Governo praticamente na obrigação de adotar medidas de retaliação. Essa posição do presidente da DC significa provavelmente o rompimento definitivo de seu partido com o Governo militar e a renuncia a prosseguir nas tentativas anteriores de colaboração. Alem de colocar o Governo diante da opção de fraquejar ou adotar medidas antipáticas que prejudicarão sua imagem internacional, a posição do presidente da DC, ao dar cobertura a Bernardo Leighton, tradicional representante da esquerda do PDC, o qual tem mantido contatos no exterior com Volodia Teitelboin, comunista, e Carlos Altamirano, socialista, indica a unificação da Democracia Cristã em termos de oposição franca ao Governo militar e abre grande expectativa à formação efetiva da anunciada "Frente Anti-fascista" composta pela PDC, setores do Partido Radical e as organizações marxistas.

Paralelamente aos contatos iniciais entre a democracia-cristã e a esquerda, também foi reorganizada a oposição armada ao regime militar. Essa oposição armada era liderada pelo denominado Movimento de Esquerda Revolucionária – isto é, o MIR – e, em menor medida, também por militantes do Partido Comunista. A luta da oposição armada contra o regime militar foi terrível e evidentemente desequilibrada. O MIR e o Partido Comunista foram objetivos prioritários do aparelho repressivo comandado por Manuel Contreras – e sua Direção de Inteligência Nacional. No meio do confronto e da violência política, numerosos inocentes foram perseguidos, torturados e mortos. Afinal, a primeira onda de oposição armada ao regime militar acabou sendo desarticulada em 1976. Mesmo assim, o terrorismo de Estado continuou sendo parte integrante do governo do general Pinochet. Aparentemente a repressão era necessária também para manter a hegemonia do próprio Pinochet nas disputas inter-burocráticas, para garantir a continuidade das políticas neoliberais, e para manter certa legitimidade nas suas – escassas – bases políticas e sociais (Cavallo e outros, 2008).

Assim, quarenta anos depois do martírio de Allende, da destruição da democracia chilena e da imposição de um regime burocrático-autoritário particularmente repressivo, é evidente que ainda existem muitas pesquisas por realizar sobre o assunto em questão, inclusive no Brasil. A gradual abertura de arquivos e acervos documentais anteriormente fechados permitirá conhecer melhor um período turbulento e dramático da história chilena, brasileira e latino-americana.

Referências

CAVALLO, Ascanio e outros. (2008), *La historia oculta del régimen militar. Memoria de una época 1973-1988.* Santiago, Uqbar Editores.

DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos. (2012), "A batalha pelo Chile revisitada: um estudo com fontes brasileiras". *História Unisinos*, v. 16, n. 1, pp. 69-81.

KORNBLUH, Peter. (2004), *Pinochet: los archivos secretos.* Barcelona, Crítica.

McSERRY, J. Patrice. (2009), *Los Estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago, Lom.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. (2008), *Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MUÑOZ, Heraldo. (2012), *A sombra do ditador. Memorias política do Chile sob Pinochet.* Rio de Janeiro, Zahar.

VALDIVIA, Verónica e outros (orgs). (2006), *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas en Chile (1973-1981)*. Santiago, Lom Ediciones.

VALENZUELA, Arturo. (1988), *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago, Flacso.

VERDUGO, Patricia. (2001), *A caravana da morte*. Rio de Janeiro, Renavan.

WINN, Peter. (2010), *A Revolução Chilena*. São Paulo, Editora UNESP.

Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores [doravante MRE], Telegrama 871 Urgentíssimo, Santiago, 12.9.1973, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores [doravante AHMRE].

"Violência e golpe em Santiago", *Veja,* n. 263, 19.9.1973, pp. 38-44.

Salvador Allende, "Discurso", Médio radiofônico, Santiago, 11.9.1973, disponível em: www.youtube.com, consultada em 12 de julho de 2013.

Câmara Canto ao MRE, Telegrama 919 Confidencial, Santiago, 17.9.1973, AHMRE.

Câmara Canto ao MRE, Telegrama 1074 Confidencial-urgente, Santiago, 16.10.1973, AHMRE.

Câmara Canto ao MRE, Telegrama 629 Confidencial-urgente, Santiago, 15.10.1973, AHMRE.

Santos Rocha ao MRE, Telegrama 1196 Confidencial, Santiago, 7.11.1973. AHMRE.

A temática da repressão política no Chile está pouco presente na documentação diplomática consultada. Provavelmente essa constatação é resultado do embaraço que gerava o assunto ao embaixador brasileiro, e também pelo fato de que as questões de segurança no marco das relações chileno-brasileiras eram acompanhadas preferencialmente pelos Adidos militares do Brasil em Santiago.

Câmara Canto ao MRE, Telegrama 439 Confidencial, Santiago, 5.8.1973, AHMRE. Vale acrescentar que o general Sérgio Arellano foi comandante da chamada Caravana da Morte (Verdugo, 2001).

"CIME Reubicará Liberados", *El Mercurio,* Santiago, 10.5.1975, p. 2.

Resumo

O presente artigo explora as repercussões do golpe de Estado no Chile, em 11 de setembro de 1973, especialmente no cenário doméstico. Para tanto, foi realizada pesquisa com documentação do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – doravante AHMRE. Especificamente foram consultados documentos enviados ao Itamaraty desde Santiago nos dias posteriores ao surgimento do regime burocrático-autoritário comandado pelo general Augusto Pinochet Ugarte. Conclui-se que os desdobramentos do golpe foram dramáticos, duradouros e, em muitos casos, trágicos para a sociedade chilena e para outros países com vínculos e interesses naquele país andino.

Abstract

The paper explores the repercussions the coup of State in Chile in September 11th 1973, especially in domestic scenario. Research was held at the *Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores* – henceforth AHMRE. Specifically were consulted documents sent to Itamaraty from Santiago in the subsequent days to the emergence of a bureaucratic-authoritarian regime commanded by General Augusto Pinochet Ugarte. Concludes that the coup were dramatic, long lasting and, in many cases, tragic for Chilean society and for others countries with traditional links and interests that country.

Palavras-chave: Chile; Autoritarismo; América Latina

Key-words: Chile; Authoritarianism; Latin America

Recebido em 16/07/2013

Aprovado em 15/08/2013

Políticas Nucleares dos Estados Unidos da América (1946-1956): cooperação ou monopólio?

Nuclear Policies of the United States of America (1946-1956): cooperation or monopoly?

Mário Fabrício Fleury Rosa*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013 [p. 10 a 16]

Introdução

A virada do século XIX trouxe consigo a descoberta da radioatividade, entre os descobridores, o casal Pierre e Marie Curie se destaca. Outro importante desdobramento desse desenvolvimento científico foi a possibilidade de liberar energia através da fissão do núcleo do átomo de urânio, de acordo com pesquisas realizadas, inclusive, por Otto Hahn (1938), conforme amplamente divulgado. Contudo a denominada era atômica foi, segundo Daniel J. Kevles, ao menos na perspectiva da área da Ciência, inaugurada na década de 1940 (KEVLES, 1995). O projeto norte-americano "Manhattan Engineering District" ou "Projeto Manhattan" (1942), considerado um dos mais importantes esforços de guerra do século XX, contribuiu de forma decisiva para a inauguração da referida "era".

Em consonância ao exposto, a presente pesquisa trata sobre alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento das políticas nucleares norte-americanas voltadas para seu setor atômico. Nessa perspectiva, os Estados Unidos assumiram a dianteira no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do setor nuclear mundial ao fabricar os primeiros artefatos bélicos nucleares que explodiram nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (1945), respectivamente. As referidas explosões dos artefatos bélicos atômicos sugerem o início dos debates atinentes ao setor nuclear em um aspecto internacional, representado pela criação, em 1946, da Comissão de Energia Nuclear das Nações Unidas (CEA/ONU). Em concomitância, os norte-americanos começam a elaborar suas políticas nucleares lançando mão de sua Comissão de Energia Nuclear (CEA/EUA) no mesmo ano.

O presente artigo busca analisar, em certa medida, alguns acontecimentos que circundaram o desenvolvimento das políticas nucleares norte-americanas durante a década posterior ao ano de 1946. Nesse sentido, sob uma perspectiva histórica, visa analisar qual prerrogativa relacionada a esse desenvolvimento que ficou mais aparente nesse período, a saber: a cooperação; ou monopólio, no que concerne ao desenvolvimento científico/tecnológico de seu setor atômico.

Antecedentes

Uma potência dominante, contudo, tem de ser definida em termos de propósitos, assim como em termos de poder (WIGHT, 2002). Conforme o autor indicado, interpretamos que as ações norte-americanas as quais confluíram ao Projeto Manhattan, como a interação tanto de propósito quanto de poder do governo dos Estados

* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS-UnB (mffrosa@gmail.com).

Unidos, visavam, ao final, ao desenvolvimento de tecnologia bélica oriunda da física atômica. O resultado advindo do Projeto Manhattan, ou seja, o fabrico das bombas atômicas, sugere aos norte-americanos a organização de legislação específica para seu setor atômico, refletindo, em certa medida, nas ações que deveriam ser lançadas para proteger seu grande segredo em face da importância dessa tecnologia para a própria segurança nacional.

Nos primeiros anos da era nuclear, inaugurada pelas explosões dos artefatos bélicos nucleares em Hiroshima e Nagasaki (1945), os norte-americanos têm três preocupações básicas para seu setor nuclear: a) manter-se isolados como detentores do ciclo completo da tecnologia nuclear (monopólio); b) ter controle sobre as reservas mundiais de mineração atômica; c) evitar proliferação das armas nucleares (BLACKETT, 1950).

Sob tal contexto, os minerais radioativos, matéria-prima da indústria nuclear, assumem valor importante a partir do advento da Segunda Guerra Mundial. Faz-se necessário ater na memória o ano de 1939, pois foi, a partir desse momento, que todos os minérios de urânio se converteram em cobiçados materiais estratégicos (GIROTTI, 1978). Os minerais radioativos passaram a ser considerados materiais estratégicos pelos Estados Unidos como vários outros minerais e produtos, a exemplo do látex brasileiro.

De fato, os minerais radioativos podem ter sido classificados pelo governo norte-americano como materiais estratégicos e, desde o início dos trabalhos que levaram à bomba atômica, os Estados Unidos procuraram garantir o suprimento de materiais físseis; no exterior, os países mais visados seriam o Canadá, a Índia (ainda sob o domínio britânico), o Congo Belga e o Brasil, países conhecidos por suas reservas abundantes neste setor (MOREL, 1979).

Em retrospectiva, fez-se importante mapear as jazidas uraníferas e toríferas; destas, o Brasil possuía muitas. Contudo, nos anos de 1930, o Canadá descobriu uma grande jazida de pechblenda, que é um mineral rico em urânio que acabou sob a influência norte-americana, esse mineral canadense vem associado com prata e outros minerais pesados. A primeira jazida foi descoberta em 1930, em La Bine Point, e imediatamente atraiu a atenção mundial. Com o controle da companhia norte-americana Eldorado Golding Mines, foi produzido, em 1939, em torno de 3 milhões e 600 mil dólares (ARGENTIERE, 1948).

A movimentação em prol da organização das políticas nucleares norte-americanas pode ser analisada a partir do início dos trabalhos do seu Comitê Consultivo do Urânio (1939). Iniciativa tomada pelos estadunidenses talvez como a primeira ação prática depois da carta de Einstein ao presidente Roosevelt, na qual lhe alertava sobre as pretensões nazistas a respeito da bomba atômica. O Comitê Nacional de Pesquisa de Defesa (CNDR) foi criado em meados de 1940 e seu primeiro presidente foi o então presidente da *Carnegie Foundation*[1], Vannevar Bush.

A gestão Bush mostrou-se dinâmica ao ponto de integrar o Comitê Consultivo do Urânio ao Comitê Nacional de Pesquisa de Defesa, tornando, assim, o CNDR mais robusto e afeito a maiores parcelas de recursos financeiros, como também apto a assegurar o desenvolvimento das pesquisas realizadas pelos seus cientistas em física atômica.

Em 1941, quando Bush se tornou diretor do Instituto de Investigação Científica e Desenvolvimento (OSRD), o Comitê Nacional de Pesquisa de Defesa configurou-se um órgão consultivo do Instituto de Investigação Científica e Desenvolvimento, e o Comitê do Urânio passou a ser conhecido como Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento Científico – Seção Urânio, essa articulação institucional norte-americana antecedeu e abriu portas para a criação do denominado Projeto Manhattan (1942).

Minerais radioativos: Base para o desenvolvimento tecnológico do setor nuclear

Parece-nos plausível que os norte-americanos, já no início dos trabalhos que lhes levariam à fabricação da bomba atômica, ou seja, a partir da criação do Comitê Consultivo do Urânio (1939), preocuparam-se em garantir o suprimento da matéria-prima para essa "empresa". Conforme francamente levantado por determinados autores

1 Instituição Carnegie para a Ciência. É uma organização nos Estados Unidos criada para apoiar a pesquisa científica.

brasileiros (GIROTTI, 1979; GUILHERME, 1958; MOREL, 1979; OLIVEIRA, 1999), algumas ações empreendidas pelos Estados Unidos em países da América Latina, em epígrafe o Brasil, entre o início da Segunda Guerra Mundial e a explosão da primeira bomba atômica em solo japonês, tais como a assinatura do Programa de Cooperação entre Brasil e Estados Unidos (1940); Acordo de Washington relativo ao fornecimento recíproco de materiais de defesa e informações sobre defesa (1942); e o Primeiro Acordo Atômico Brasil – Estados Unidos, assinado em 06 de julho de 1945, visavam, entre outras coisas, prospectar e estocar a maior quantidade possível de minerais radioativos, mais notadamente, as areais monazíticas brasileiras.

Os norte-americanos, na então CEA/ONU, a partir de 1946, apresentam seu plano (Plano Baruch) para apreciação desse colegiado que estava elaborando políticas voltadas ao setor nuclear internacional. E deixam claro sua posição em vir a estabelecer, por meio da CEA/ONU, controle internacional sobre a matéria, que iria desde a "desnacionalização" das jazidas de materiais radioativos dos países até a produção de tecnologia na área nuclear, tudo a cargo de uma agência internacional.

Os Estados Unidos sabiam bem que, naquelas conjunturas, o acesso aos minerais radioativos por parte de algumas nações avançadas industrialmente poderia representar a fabricação de combustível nuclear. Consequentemente, uma bomba atômica nas mãos de países hostis ou até mesmo aliados significava perigo iminente à sociedade norte-americana. As ações de aproximação com países da América Latina, precisamente com o Brasil, descritas anteriormente, representavam, além de outras questões, uma forma de acessar e desabastecer as jazidas de minerais radioativos desses países. Por um lado, evitaria que outras nações obtivessem mineral radioativo através dessas fontes; e, por outro, retardaria a possibilidade de que algum país latino-americano, a exemplo do Brasil, atrasado industrialmente, porém rico em matéria-prima radioativa, viesse a desenvolver algum tipo de tecnologia nuclear naquele momento.

Uma nação, para ser considerada potência dominante, entre outros requisitos, precisa preservar os interesses do povo que governa e representa em face dos interesses rivais (WIGHT, 2002). Essas ilações teóricas ajudam-nos, em certa medida, a cotejar os acontecimentos relacionados à natureza do plano norte-americano para a CEA/ONU, representado pelo Plano Baruch (a internacionalização das jazidas de minerais radioativos) e aquelas ações salientadas por alguns autores brasileiros de aproximação entre Estados Unidos e o Brasil no setor dos minerais estratégicos.

As potências dominantes procuram agir engajadas num processo direto de engrandecimento, mas, em geral, também apelam para alguma forma de unidade ou solidariedade internacional (WIGHT, 2002). Novamente, as premissas teóricas desse autor, ao nosso entendimento, remetem ao papel dos Estados Unidos na CEA/ONU, ambiente ideal para os norte-americanos implementarem o plano de "desnacionalização" das jazidas de minerais físseis, como já assinalado, visando dificultar o desenvolvimento da tecnologia da fabricação de combustível nuclear nos países mais avançados na área da física atômica daquela época (França, Inglaterra, U.R.S.S. e Canadá) e retardar aqueles países ditos não desenvolvidos (Brasil) que queriam alavancar seus setores atômicos, basicamente através do controle das jazidas dos minerais radioativos.

Nos meses de fevereiro e março de 1945, ocorreram reuniões entre os países americanos, a Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, denominada também de Conferência de Chapultepec, realizada na capital do México. O objetivo dessa conferência era configurar as relações interamericanas no pós-guerra e recomendava a celebração de um tratado que tentava estabelecer termos de prevenção e repressão às ameaças da paz no continente (MENEZES, 2008).

Essa conferência, que visava ao alinhamento dos países do continente americano sobre ameaças exteriores, em sua Resolução XXI (GUILHERME, 1959), assinala a necessidade em manter, caso necessário, trocas de materiais estratégicos, dessa maneira, servindo de palco para outro acontecimento relacionado aos minerais radioativos. Conquanto o importante papel que essa conferência mantinha para a integração dos países americanos, a delegação norte-americana aproveita a oportunidade para abrir diálogos sobre o comércio de areias monazíticas com o Brasil,

estabelecendo-se, então, as diretrizes do Primeiro Acordo Atômico Brasil-Estados Unidos (1945).

É factível que esse acordo já estivesse dentro de um plano maior; não só almejando aumentar os estoques de minerais radioativos em seu território, como, também, criando condições ao desabastecimento de certas nações desses minerais, pensamentos alinhados à tese de que os norte-americanos usavam de aproximações institucionais com alguns países produtores de minerais radioativos, mormente, com o intuito de se apropriarem do conteúdo dessas jazidas.

Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos da América (CEA/EUA)

Com o fim iminente da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos entenderam ser necessário legislar sobre a questão nuclear e "mapear" as possibilidades das suas descobertas neste setor virem a colaborar para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, sucessivas comissões foram compostas para debater o assunto.

Em maio de 1945, o presidente Harry Truman solicita ao então secretário de guerra que reunisse em uma comissão as figuras mais destacadas na área da energia atômica. Deste modo, uma comissão composta por representantes da iniciativa privada envolvida com o setor, representantes de renomadas instituições acadêmicas, das Forças Armadas, do governo e notórios cientistas foram convidados para compô-la (ROCHA FILHO; GARCIA, 2006). E a comissão conclui que os Estados Unidos não podiam deter o monopólio da tecnologia do ciclo completo do urânio. A energia nuclear poderia ser aplicada, no futuro, para fins pacíficos, em benefício dos Estados Unidos e do mundo e que seu enorme potencial energético poderia ser empregado tanto em proveito da humanidade como para a sua destruição, razão pela qual seu controle nacional e internacional seria de maior urgência, segundo o entendimento dos norte-americanos (GUILHERME, 1959).

Em julho de 1945 é composta outra importante comissão — a Comissão para o Estudo das Consequências Sociais e Políticas da Energia Nuclear, oriunda do Laboratório Metalúrgico de Chicago. Essa comissão era formada por sete cientistas e chefiada por James Franck, ademais, produziu um relatório que foi apresentado para o Secretário de Guerra em Washington. As posições desta comissão corroboram as da primeira (BLACKETT, 1950).

Quanto à manutenção do monopólio por parte dos Estados Unidos, do conhecimento e aplicação (inclusive no setor bélico) do ciclo completo da fissão nuclear, as posições dessas duas comissões convergem. Neste tocante, em síntese, as mencionadas comissões concluem que não seria possível manter o grande segredo por muito tempo e, caso os norte-americanos quisessem prorrogá-lo por maior tempo possível, seria preciso intervenção na produção, aquisição e distribuição das matérias-primas para a indústria atômica.

O objetivo de os Estados Unidos, ao criarem essas comissões, era de estabelecer diretrizes para conduzir suas ações no setor atômico, tanto em âmbito "doméstico" quanto nas suas políticas internacionais. Nesse momento, essa produção de experiência – as comissões (espaço de experiência) – estava conectada às expectativas – monopólio (horizonte de expectativa) – daqueles atores sociais (KOSELLECK, 2006) envolvidos nessa trama, que provavelmente convergiriam no monopólio da tecnologia nuclear. A potência norte-americana articulava-se para o propósito representado pelo monopólio do setor nuclear que se tornou mais aparente nos países da América Latina.

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a primeira reunião da CEA/ONU (13 de junho de 1946), os norte-americanos tiveram tempo suficiente para aperfeiçoar suas teses monopolistas a respeito da energia nuclear, bem como avaliar a evolução dessas questões decorrentes nos outros países. A CEA/ONU, que foi gestada principalmente para normatizar e promover o intercâmbio das nações na área da física nuclear, voltada para o uso pacífico da energia atômica, mostrou-se ineficaz, pois o resultado de suas oitivas não se aproximou dessas diretrizes.

Não obstante, outra comissão importante para o fomento das políticas específicas para o setor nuclear norte-americano foi composta e publicou o chamado relatório Acheson-Lilienthal, em março de 1946. Esse relatório teve

importância em dois planos, um de alcance internacional, pois foi utilizado para formatar o Plano Baruch apresentado na ONU; outro para dar base à formação das políticas nucleares norte-americanas representadas pela Lei Mc-Mahon.

O que mais contribuiu para evidenciar esse relatório na CEA/ONU foi o fato de propor, de forma contundente, a criação de um organismo internacional que pudesse desapropriar todas as jazidas e indústrias vinculadas à produção de energia atômica no mundo, chamada de Autoridade de Desenvolvimento Atômico (ADA). Esse órgão de controle dominaria toda a movimentação nesse setor, desde as prospecções geológicas até a lavra e tratamento dos minerais radioativos, com plenos poderes para realizar prospecções em qualquer recanto do planeta (GUILHERME, 1959).

Essa proposta estadunidense (Plano Baruch) deixou alguns países participantes desse colegiado apreensivos, como a U.R.S.S. e o próprio Brasil, pois contrariava as expectativas desses países quanto ao avanço de seus setores atômicos, visto que o Brasil já reconhecia em muito suas capacidades naturais importantes para a indústria nuclear e, motivado pelas expectativas de atores sociais, como o almirante Álvaro Alberto Motta e Silva, visava desenvolver-se tecnologicamente na área da física nuclear. O citado almirante, representante brasileiro na CEA/ONU, cria uma expectativa colossal a respeito do desenvolvimento tecnológico da física atômica para o Brasil, a partir de 1945, ao ponto de querer montar uma usina de beneficiamento de urânio em Poços de Caldas, na década de 1950, para assim produzir urânio puro, que seria enriquecido em ultracentrífugas adquiridas da Alemanha Ocidental em 1953.

Na segunda reunião da CEA/ONU, em 19 de julho, Andrei Gromyko apresentou as propostas soviéticas. O reconhecido Plano Gromyko, por sua vez, propôs que principalmente os Estados Unidos se desfizessem de todo o seu arsenal nuclear produzido até aquele momento. O impasse foi instalado, não havia meios de derrubar o veto da U.R.S.S. sobre o Plano Baruch; e os norte-americanos não concordavam em se desfazer de seu arsenal atômico, não antes de desapropriar todas as jazidas de materiais radioativos pelo mundo afora.

Independentemente da indefinição na CEA/ONU, os Estados Unidos continuaram com o seu projeto voltado para a política interna e sancionaram leis específicas para o setor nuclear, ainda em julho de 1946. Por meio da "Mc Mahon-Douglas Atomic Energy Act" ou Lei Mc-Mahon, foi criada a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos da América (CEA/EUA). Essa comissão torna-se o ponto de convergência de todas as iniciativas, até então, na área da energia nuclear desse país. As condições materiais e científicas produzidas em território norte-americano, de forma geral, estariam, a partir de agosto de 1946, sob a supervisão dessa potente comissão.

Entre outras questões, a Lei McMahon proibia os Estados Unidos de intercambiarem quaisquer informações científicas sobre seu setor da física atômica. Em âmbito internacional, auxiliado por essa lei, seu monopólio só foi quebrado no ano de 1949, com a explosão da bomba atômica soviética.

As negociações na arena da CEA/ONU parecem ter se esgotado em abril de 1948. Por razões objetivas bem-fundamentadas, Rússia e Estados Unidos propuseram propostas adequadas aos seus próprios interesses. Devido à grande diferença entre a situação das duas potências, principalmente sobre o desenvolvimento tecnológico da física nuclear, essas propostas foram antagônicas entre si e resultaram inaceitáveis para cada uma das partes (BLACKETT, 1950).

Conclusão

Apenas um ano após o final dos trabalhos da CEA/ONU, em agosto de 1949, o equilíbrio de forças no setor nuclear mundial altera-se. Foi, nesse ano, que a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas anunciou a conquista do domínio sobre a energia atômica através da explosão de seu primeiro artefato bélico nuclear.

Os acontecimentos oriundos da quebra do monopólio estadunidense por parte dos soviéticos, no setor nuclear, representam, em alguma medida, o início das mudanças para esse setor. Assim, pela primeira vez, desde a sanção da Lei Mc-Mahon, em 1946, os Estados Unidos suscitam uma mudança de paradigma no setor atômico, e, em 1953,

com o presidente norte-americano Dwight Eisenhower, surgem as orientações para o que foi denominado programa "Átomos para a Paz" conforme a historiografia vigente.

Após o anúncio proferido por Eisenhower, em dezembro de 1953, o rigor da Lei Mc-Mahon sobre a proibição de intercâmbio científico entre a nação norte-americana e outros países perde sustentabilidade e, em consequência do programa Átomos para Paz, essa lei foi substituída por outra que possibilitava aos Estados Unidos, inclusive, comercializar combustível nuclear, esta ficou conhecida como "The Atomic Energy Acto of 1954", como amplamente divulgado.

Ademais, a proposta do presidente americano reflete a preocupação em continuar assegurando o controle do uso bélico dessa tecnologia. A mudança de posição norte-americana se dá em decorrência da quebra de monopólio desse conhecimento pela União Soviética, o insucesso do Plano Baruch e os avanços britânicos neste campo. Também, não se pode deixar de contextualizar que o seu reflexo, em sociedades específicas como a do Brasil, não contemplava demandas especiais como as brasileiras, que, naquele tempo, já intencionavam desenvolver tecnologia nuclear de forma autônoma em território nacional.

Referências

ARGENTIERE, R. **Minerais Radioativos para o Brasi**l. Conferência Pronunciada no Clube Militar. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 14 jul. 1948. (Coleção Getúlio Vargas).

BLACKETT, P. M. S. **Miedo, Guerra y La Bomba Atómica**. Buenos Aires/México: Espasa – Calpe Argentina, 1950.

BRASIL. Cooperação entre nações no campo nuclear. In: **CURSO sobre Assuntos de Energia Nuclear.** Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Secretaria Geral Adjunta para Organismos Internacionais, 17 maio/14 jul. 1966.

CAMARGO, G. **O fogo dos deuses**: uma história da energia nuclear. Pandora 600 a.C. – 1970. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

CARTA de Albert Einstein para Roosevelt. In: **HOJE na História**: 1939 – Revelada carta de Einstein a Roosevelt sobre bomba atômica. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/6895/conteudo+opera.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2012.

COMO FUNCIONAVA o projeto Manhattan. A ameaça Alemã. Disponível em: <http://ciencia.hsw.uol.com.br/projeto-manhattan2.htm>. Acesso em: 09 nov. 2012.

FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. **História das Ciências no Brasil.** São Paulo: EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

GIROTTI, C. A. **Estado Nuclear no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KEVLES, D. J. **The Physicists. The History of a Scientific Community in Modern America.** Cambridge: Harvard University Press, 1995.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006.

MENEZES, A. M. F. Conferência Interamericana da Cidade do México. (21 de fevereiro – 9 de março de 1945). In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **200 anos de Comércio Exterior**. Brasília: ApexBrasil, 2008. CD-ROM.

MOREL, R. L. M. **Ciência e Estado. A política científica no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

OLIVEIRA, O. M. **Os descaminhos do Brasil nuclear**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

PRADO, L. C. Cooperação entre nações no campo nuclear. In: **CURSO sobre Assuntos de Energia Nuclear**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Secretaria Geral Adjunta para Organismos Internacionais, 17 maio/14 jul. 1966.

ROCHA FILHO, A.; GARCIA, J. C. V. (Orgs.). **Renato Archer**: energia atômica, soberania e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

WIGHT, M. **A Política do Poder**. Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

Resumo

Este artigo visa cotejar algumas ações dos Estados Unidos da América voltadas para a implementação de suas políticas nucleares, representadas pela Lei Mc-Mahon, com os eventos que circundaram as discussões e decisões sobre o setor atômico internacional representado pela Comissão de Energia Atômica da ONU.

Abstract

This article aims to collate some United States of America actions directed to the implementation of its policies represented by nuclear Law Mc-Mahon with the events that surrounded the discussions and decisions on the international atomic sector represented by Atomic Energy Commission of UN.

Palavras-chaves: Lei Mc-Mahon; Plano Baruch; Minerais Radioativos.
Keywords: Law Mc-Mahon; Baruch Plan; Radioactive Minerals.

Recebido em 16/07/2013
Aprovado em 05/08/2013

A relevância atual da noção de dependência

The actual relevance of the notion of dependence

Angelita Matos Souza*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013 [p. 17 a 23]

Introdução

Neste texto discorremos sobre a atualidade da noção de dependência, abordando a relação entre imperialismo e desenvolvimento. A intenção é argumentar que se cabe à análise crítica denunciar as formas atuais de exploração imperialista, é preciso igualmente compreender o desenvolvimento capitalista alavancado pelo imperialismo como um caminho (sempre insuficiente) para superação do atraso e subdesenvolvimento predominantes nas periferias do sistema. Sendo que, no caso da América do Sul, o par imperialismo & dependência tanto estimula o debate e políticas de integração regional como constitui um obstáculo à consecução de avanços no processo de integração.

Imperialismo apreendido aqui como combinação entre impulso ao desenvolvimento de forças produtivas novas e exploração capitalista pelos países dominantes[1]. Invariavelmente com peso maior à exploração, mas com possibilidades concretas de desenvolvimento. Neste início de século o tema voltou ao centro do debate, devido às reações decorrentes das reformas de cunho neoliberal; ao militarismo norte-americano após ataques do 11/09; mais recentemente, em razão da crise financeira, do *boom* das commodities e da dependência das exportações por parte de países periféricos.

E se a temática do imperialismo voltou à tona vale a pena também revisitar a noção de dependência. Na linha introduzida por Cardoso (1971), não como uma teoria e sim como ideia produtiva nas análises de casos concretos, enquanto expressão política na periferia do expansionismo dos capitalismos centrais.

Por sua vez, entendemos por periferia uma situação que aponta para insuficiências nos domínios financeiro, militar e no campo da inovação científico-tecnológica; já a dependência deve ser abordada da perspectiva relacional, cujas formas são definidas na luta política envolvendo Estado, classes e frações de classes dominantes e classes antagônicas, dentro do rol de possibilidades abertas pelo movimento expansionista dos capitalismos centrais.

Dependência e jogo de poder

Como é conhecido, nos anos 60, em meio ao pessimismo quanto à possibilidade do desenvolvimento na América Latina, a noção de dependência surgiu como a face periférica do imperialismo. À época a obra de Fernando Henrique Cardoso & Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina,* destacou-se por refutar a compreensão da dependência predominantemente a partir de variáveis externas. Para os autores, embora as relações

* Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Ciência Política pelo IFCH/Unicamp; doutora em Economia Aplicada pelo IE/Unicamp. Docente na UNESP, campus de Rio Claro (angelitams2010@gmail.com).

1 Para nós, entendimento possível a partir do estudo de Lênin, *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*.

de dependência tivessem explicações exteriores à nação, seriam as relações internas entre as classes que dariam conteúdo e forma própria para as relações de dependência.

Cardoso e Faletto evitaram tomar a América Latina como um todo único, defendendo a análise concreta de cada caso e a possibilidade do desenvolvimento industrial em alguns países, apesar ou graças aos laços de dependência externa, concluindo a análise de forma relativamente otimista:

> (...) a superação ou a manutenção das "barreiras estruturais" ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas "condições econômicas" (2004: 183).

Hoje parece claro que os limites do "modelo" dependente-associado de desenvolvimento são difíceis de serem superados pelo jogo de poder. Fundamentalmente porque o caráter supranacional dos interesses dominantes normalmente produz efeitos distintos, comparativamente aos Estados capitalistas dos países centrais.

Quer dizer, ainda que seja um traço característico de todos os Estados, na medida em que a influência do capital financeiro internacional sobre os Estados nacionais é generalizada, no Brasil e demais países periféricos o caráter supranacional dos interesses dominantes costuma ser um fator sobredeterminante, especialmente no âmbito da influência sobre a política econômica, por causa das relações de dependência.

A tendência é para certa "inversão" do papel do Estado na periferia dependente, com o desempenho estatal de uma "função" que os Estados dos países centrais não buscam desempenhar: a de garantia das condições gerais à acumulação capitalista dependente do capital financeiro internacional. Conforme Tilman Evers:

> A função do estado burguês de representar o capital nacional para fora frente a outros competidores no mercado mundial se inverte então: a "garantia de existência e expansão do capital nacional no mercado mundial" passa a ser: garantia da existência e da expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico. (1985: 97)

Função "invertida" que não precisa nem deve ser pressuposta (como o faz Evers), mas que constitui um bom ponto de partida aos estudos sobre o Estado na periferia do sistema. O desempenho desta "função" seria assegurado pelo jogo de poder, em meio às relações de dependência que se estabelecem no âmbito político (mormente a dependência financeira do Estado), além de no âmbito econômico.

Implicitamente inspirados pelos governos do PT, diríamos que embora não seja possível defender a existência de uma "burguesia nacional" no Brasil, supostamente identificada ao interesse nacional em contraposição ao capital imperialista, na luta política, a retórica nacionalista pode ser utilizada pelos representantes do grande capital local em defesa dos seus interesses. Isto é, em determinadas conjunturas, o discurso nacionalista pode ser utilizado contra competidores estrangeiros, acirrando as contradições que perpassam o Estado e muitas vezes indo ao encontro das reivindicações de partidos e movimentos de esquerda, de que o Estado seja soberano e defenda o interesse nacional.

Menos que a posicionamentos anti-imperialistas, geralmente assistimos operações discursivas voltadas para conquistas de políticas econômicas favoráveis aos interesses de frações de classe que têm ou desejam ter negócios/associações com o capital estrangeiro. Da mesma forma, os representantes do grande capital produtivo procuram resistir ao domínio do capital financeiro (internacional, associado e/ou local) fazendo coro contra a política de juros altos como se não ganhassem muito no circuito financeiro. Daí a insuficiência, por exemplo, da redução dos juros para estimular investimentos, pois discursos muitas vezes não passam de bandeiras de luta.

Também não é nada fácil cobrar metas/resultados dos representantes do setor produtivo quando se é altamente permissível/generoso no que tange aos interesses do capital financeiro local e internacional, cujos interesses são afinados, ainda que banqueiros locais resistam à abertura do mercado ao capital estrangeiro (querem sócios não concorrentes).

Ademais, os comportamentos conservadores/defensivos (ou o baixo "espírito animal") costumam prevalecer entre aqueles que se reconhecem como a porção fraca no mundo dos negócios nacional e internacional, sendo que as expectativas futuras quanto aos investimentos costumam acompanhar a dos agentes estrangeiros. Assim, se num momento de retração econômica internacional estes diminuem investimentos produtivos, é provável que agentes locais assumam também posições reticentes quanto aos novos investimentos, por mais que o governo busque estimulá-los neste sentido.

Mas governos precisam de investimentos, crescimento econômico e geração de empregos, portanto acabam cedendo à instrumentalização dos recursos que lhe são próprios – poder de taxação/regulamentação, isenções fiscais, financiamentos públicos e parcerias – para atrair e garantir os investimentos externos em território nacional. Quando exitosos, os representantes do capital local tendem a se animar e voltar aos investimentos, em meio às disputas pela partilha do mercado, nas quais o discurso "nacionalista" pode surtir efeitos, mormente sobre governos desenvolvimentistas.

Em suma, os efeitos da dependência sobre a luta política, se ao capital estrangeiro interessa o Estado como caução dos investimentos, ao capital local, mais que o Estado, a caução encontra-se na participação do capital estrangeiro. E apesar do caráter "supranacional" dos interesses dominantes avançar sobre todos os Estados, na medida em que estão todos articulados com o capital financeiro hegemônico (norte-americano), na periferia dependente este caráter supranacional costuma produzir efeitos recorrentes, que, na luta política, tendem a aparecer como específicos da conjuntura (e em alguma medida o são).

Desta ótica, certa "relativização" do conteúdo nacional-desenvolvimentista que o governo Dilma parecia querer imprimir a sua política econômica está relacionada obviamente à dependência externa (de investimentos). Uma guinada "dependencista" poderá promover a volta dos investimentos, com algum crescimento econômico na linha do ocorrido nos governos Lula, investimentos desta vez alavancados pelo capital externo, menos que pela demanda asiática por commodities, tendo em vista a perspectiva de desaceleração da economia chinesa.

Se confirmada tal perspectiva, podem se abrir oportunidades de reindustrialização para o Brasil, com investimentos voltados ao mercado interno, investimentos industriais prejudicados pelo *boom* recente das commodities, que tornou irresistível a importação de manufaturados baratos da Ásia em contrapartida à exportação de produtos primários. Como afirmou Décio Saes:

> O capitalismo ainda tem muito chão nesse país; o Brasil é um país com muitas reservas de recursos, com certa estabilidade política e social, uma classe média acomodada e que vai começar a atrair capital estrangeiro, mormente os europeus. Abre-se a possibilidade de um ciclo de desenvolvimento capitalista, não como o da China evidentemente, mas talvez um pouco melhor que o da Rússia que tem uma série de problemas sociais, políticos. Então o horizonte para burguesia interna brasileira não é idílico, mas relativamente promissor. Assim, os dividendos serão distribuídos de forma modesta para os pobres e a classe média. (SAES, 2013)

É certo que tudo depende dos rumos da crise internacional e, internamente, das manifestações de massa no país. Porém, na esteira das considerações de Saes, parece pouco provável que no curto prazo haja "uma reversão da correlação de forças entre as classes sociais antagônicas", devido ao potencial de desenvolvimento capitalista do país. Conforme o autor, tendo em vista o poder de atração no mundo capitalista, "o Brasil ainda tem possibilidades de se desenvolver no quadro de uma aliança política que envolve burguesia interna, burocracia do Estado, classe média e massas desorganizadas" (SAES, 2013)[2].

2 As citações de Décio Saes (2013) foram retiradas de uma entrevista recente, na qual o autor menciona algumas tarefas para a esquerda marxista, a quem caberia construir um partido revolucionário de massas.

Imperialismo, dependência e integração regional

A integração regional costuma ser encarada como a forma por excelência de a América do Sul conquistar autonomia político-econômica no sistema-mundo e assim relativizar a posição de periferia dependente. No entanto as dificuldades são imensas, a começar pela capacidade de o Brasil liderar um processo de integração regional, tendo em vista as considerações feitas acima sobre política e dependência.

A despeito da ênfase conferida à vontade política por aqueles que defendem a integração regional, a política estatal não deve ser analisada com este foco, geralmente identificado ao planejamento "racional", e sim no âmbito da luta política numa conjuntura concreta, não escapando aos condicionantes estruturais. Aliás, se tem algo que costuma aborrecer os representantes do grande capital (levando-os à indisposição/boicote de governos) é justamente a busca da centralização e controle do processo decisório da parte de chefes de Estado movidos pela "vontade" de racionalizar a distribuição dos recursos segundo objetivos traçados.

Não que o planejamento estatal seja irrelevante e desnecessário, contudo deve buscar a contemporização dos diversos interesses dominantes estabelecidos e, mesmo assim, a realização dos planos governamentais não estará livre de condicionamentos impostos pelas disputas de interesses existentes e/ou que forem surgindo. Em se tratando das economias periféricas, o imperialismo/dependência confere força política e econômica aos agentes internacionais, em associação com forças locais, podendo levar (e geralmente leva) à mencionada "inversão" do papel do Estado, aprofundando a presença do capital estrangeiro como força econômica e política internamente.

É dentro deste quadro mais geral que devemos buscar entender os limites políticos à liderança brasileira num processo de integração regional orientado por políticas efetivas de combate às assimetrias econômicas. Sem falar que mesmo se houvesse disponibilidade financeira para tanto, seria politicamente difícil justificar a transferência de recursos vultosos ao projeto de integração diante das carências sociais e infraestruturais internas.

A ideia norteadora aqui é a de que projetos, intenções declaradas e vontade política são importantes, porém costumam sucumbir na luta política. No que diz respeito à integração regional, se decididamente interessados em avançar nesta direção, governantes e agentes econômicos precisariam abrir mão de interesses imediatos e partir para o combate das assimetrias entre os países da região, objetivo assaz difícil de ser perseguido[3]. Na falta de ações arrojadas nesta direção, a tendência é para o espírito do "salve-se quem puder", com governos buscando soluções individuais que costumam aprofundar os laços da dependência e/ou protecionismos que só dificultam a integração.

As assimetrias econômicas entre a economia brasileira e demais economias sul-americanas são enormes, em termos de produtividade, escala, diversidade e capacidade de financiamento. A título de ilustração a soma do PIB do Chile, Peru e Colômbia – os países sul-americanos que compõem junto com o México a recém-criada Aliança do Pacífico – não corresponde a 1/3 do produto interno bruto brasileiro (FIORI, 2013).

O Brasil é sem dúvida o país em melhor condição na América do Sul para liderar um processo de integração na contramão ao projeto liberal dos quatro países do Pacífico, o qual estaria mais próximo do desenho norte-americano para a região, numa alternativa que deve acrescentar lenha à fogueira do debate ideológico em torno da integração latino-americana, mais ou menos liberal, debate que também só pode ser devidamente compreendido no campo das discussões sobre imperialismo e dependência.

Em síntese, para progredir rumo redução dos laços da dependência externa, o processo de integração exigiria o empenho decidido, do Brasil em especial, no combate das assimetrias econômicas, caminho que certamente levaria às colisões entre a lógica da acumulação privada (que preside o expansionismo de empresas brasileiras) e a lógica estatal voltada para liderança numa integração com vistas ao desenvolvimento regional. Em larga medida, devido aos limites políticos da dependência, foram justamente as rotas de colisão com o grande capital que os governos do PT procuraram evitar.

3 Ver o texto ótimo de Pedro Paulo Z. Bastos, 2012.

Por um lado, as diretrizes principais da política econômica do governo anterior foram mantidas (juros altos, câmbio valorizado, metas de inflação, superávit primário) e, de outro, a fim de compensar o setor produtivo, foram ampliados os recursos do BNDES e o apoio do banco ao expansionismo de empresas locais. O governo atual tentou flexibilizar diretrizes principais da política econômica vigente, num ensaio "nacional-desenvolvimentista" que está fazendo água, a elevação dos juros, o anúncio de corte dos gastos públicos, a privatização do pré-sal (Libra) compõem as notícias mais recentes.

E foram práticas expansionistas de empresas brasileiras apoiadas pelo BNDES, denominadas por alguns analistas de imperialistas ou subimperialistas, que fizeram avançar o discurso em prol da integração e a própria integração. Assistimos a um movimento de "regionalização" (liderado pelo mercado) que não é antagônico ao de "regionalismo" (institucionalmente dirigido, à maneira pretendida por defensores do MERCOSUL), sendo que nenhum dos movimentos independe do Estado (MEDEIROS, 2008).

Entretanto, como a regionalização tem sido mais favorável ao Brasil, tem aprofundado o descompasso entre os esforços diplomáticos pela integração e os resultados concretos no balanço comercial inter-regional, opondo os dois movimentos e promovendo acusações de imperialismo ao Brasil, em análises nas quais as contradições das práticas imperialistas, ao mesmo tempo obstáculo e força motriz do desenvolvimento, têm recebido pouca atenção.

Quer dizer, ainda que práticas imperialistas devam ser denunciadas e combatidas, o expansionismo de países mais ricos sobre os mais pobres pode ser elemento motor do desenvolvimento e/ou crescimento econômico[4]. A despeito das vantagens para o Brasil (bem maiores segundo os críticos), as obras de infraestrutura na região, financiadas/executadas por empresas brasileiras, não deixam de ter efeitos positivos para a economia dos países em questão. Eis a dimensão que precisa ser levada devidamente em conta.

A política exterior dos governos do PT esteve articulada com a política econômica interna, sobretudo com a política de incentivo às empresas campeãs nacionais capazes de competir internacionalmente, com investimentos brasileiros diretos (IBD) no exterior respondendo mais a esse objetivo que ao da integração sob a liderança do Brasil. Não obstante, este movimento não deixou de contribuir para a integração e o desenvolvimento regional, além de as questões socioambientais e movimentos sociais decorrentes estimularem o debate e mobilização política na região, o que é positivo.

Numa palavra, o denominado "subimperialismo brasileiro" pode ser menos desvantajoso aos países vizinhos e, por vias tortas, favorável a algum avanço na consecução do objetivo de integração regional[5]. Sendo que a luta popular sempre pode inverter as regras do jogo e o expansionismo brasileiro é até mais estimulante à revolta, como se deu no caso do gasoduto Brasil-Bolívia.

Por fim, gostaríamos de comentar a polarização do debate em torno de obras de infraestrutura na região, na maioria das vezes sem estudos exaustivos a respeito ou baseados em opiniões/estudos preliminares provenientes de pessoas/entidades com posições radicalmente opostas.

O caso da Usina de Belo Monte é um exemplo dessa polarização. A obra já envolveu um vídeo com celebridades e manifestações de ativistas estrangeiros, contestadas por figuras eminentes nos meios acadêmicos e de comunicação no Brasil. Para aqueles que defendem Belo Monte, como o ex-ministro da ditadura militar, Antônio Delfim Neto, o empreendimento é positivo, pois o país pode e deve aproveitar seus rios, demonstrando sua capacidade em "conservar, administrar e utilizar as riquezas de um território que detém 11% de toda a água doce do globo" (*Carta Capital*, 13/04/2011). O ex-ministro está entre os que levantam suspeitas (de imperialismo) sobre o ativismo ambientalista contrário às obras de infraestrutura no campo energético.

---

4 O desenvolvimento não pode ser encarado simplesmente como sinônimo de crescimento econômico, apesar de geralmente trazer crescimento e este ser melhor que sua ausência. Estamos apontando para o debate acerca dos governos Lula, embora a distribuição de renda seja fator central para o desenvolvimento, seriam controversas as designações de neodesenvolvimentista a estes governos, uma vez que o crescimento foi puxado pelo consumo, com baixos investimentos infraestruturais. Ver a respeito Sampaio Jr. (2012).

5 Discordamos das denominações de imperialismo ao Brasil em alguns textos recentes, ver Souza 2012 e 2013.

Na Bolívia, na polarização política-ideológica em torno da estrada que atravessaria o Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (TIPNIS), as forças contrárias tanto acusaram a ligação com a IIRSA como condenaram o imperialismo brasileiro (a obra contava com financiamento do BNDES), acusações rechaçadas pelos que apoiavam a obra. E como salientou Pablo Stefanoni era possível encontrar "argumentos 'razoáveis' em ambos os lados da discussão sobre a estrada", sendo difícil "traçar uma linha nítida entre bons e maus, justos e pecadores" (STEFANONI, 2011).

E todas as obras envolvendo recursos energéticos são passíveis de polêmica do ponto de vista socioambiental. As usinas do Rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, por exemplo, são indicativas das formas condenáveis praticadas em obras de infraestrutura pela região. As duas usinas foram palco de sérios conflitos trabalhistas, disputas entre os consórcios que lideram as obras e estão envoltas em muita controvérsia acerca dos impactos ambientais, com acusações de terem sido os estudos preliminares patrocinados por empresas interessadas. Contudo, seguramente, são obras defensáveis do ponto de vista das necessidades energéticas da economia brasileira, movimentando a economia local.

Enfim, a questão socioambiental é controversa e o caráter supranacional da luta política local tem se expandido para o âmbito da "sociedade civil", envolvendo organizações não governamentais internacionais. Agora não é porque as forças que prioritariamente levantam a bandeira ecológica são ONGs e representantes de movimentos sociais que aqueles que apoiam os empreendimentos se encontram do lado do "mal", mesmo movimentos sociais os mais bem intencionados podem se equivocar, sendo o maniqueísmo uma forma pouco produtiva de compreensão da realidade social.

Conclusão

Procuramos neste texto apontar as contradições do "modelo" de desenvolvimento dependente-associado, que dificilmente levará a superação da dependência, mas cuja possibilidade de promover algum desenvolvimento tende a ser melhor que a ausência deste. Por certo que cabe à análise social comprometida com a transformação qualitativa da história, que pode passar pelo desenvolvimento do capitalismo, denunciar as mazelas deste processo. No caso do Brasil, cabe denunciar no expansionismo de empresas locais a exploração de países vizinhos, os danos socio-ambientais, a especialização produtiva e a desindustrialização, com o objetivo de acirrar contradições e conquistar avanços sociais. Largamente um esforço de Sísifo frente aos aspectos destrutivos do desenvolvimento capitalista, mas que parece melhor que o atraso e subdesenvolvimento predominantes na região, onde conflitos socioambientais recentes expressam as contradições deste desenvolvimento, progressista e ao mesmo tempo destrutivo dos modos de vida pré-capitalistas, sendo difícil por toda parte "traçar uma linha nítida entre bons e maus, justos e pecadores".

Referências bibliográficas

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (2012). *A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise*. Publicado no site do Observatório da Economia Global. Campinas, IE-UNICAMP. Textos Avulsos, nº10, abril de 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique (1985). Teoria da dependência ou análise concreta de uma situação de dependência. *Estudos CEBRAP*, Rio de Janeiro, 1: 25-45, 1971.

_____ e FALETTO, Enzo. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

EVERS, Tilman (1985). *El Estado en la periferia capitalista*. 3ª ed. México-DF: Siglo XXI, 1985.

FIORI, José Luís (2013). O cisma do Pacífico. *Carta Maior*, 24/01/2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5945>, acesso em 25/07/2013.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de (2008). Os Dilemas da Integração Sul-Americana. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 3 (5), dezembro 2008.

SAES, Décio Azevedo Marques de (2013). Entrevista à Revista *Aurora*, Marília, v. 6, n. 2, p. 19-32, jan-jul, 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/3040/2322>, acesso em: 25/07/2013.

SOUZA, Angelita Matos (2012). Expansionismo brasileiro e subimperialismo. *Boletim Meridiano 47* v. 13, n. 130, mar/abr 2012.

_____ (2013). Crítica à noção de subimperialismo. *Crítica Marxista*. São Paulo: Xamã, 2013, n 36.

STEFANONI, Pablo (2012). A Bolívia e o conflito do TIPNIS. *Carta Maior,* 01/10/2011.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 112, out/dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>, acesso em 24/10/2013.

Resumo

Neste artigo defendemos a pertinência da noção de dependência na abordagem do desenvolvimento no Brasil atual, com comentários sobre imperialismo e integração sul-americana.

Abstract

This article supports the relevance of the notion of dependence for approach the development currently in Brazil, with comments about imperialism and the integration of South America.

Palavras-chave: dependência; imperialismo; desenvolvimento
Keywords: dependence; imperialism; development

Recebido em 08/08/2013
Aprovado em 28/10/2013

O papel da comunicação digital na arena internacional: Mobilização política *online* e a Primavera Árabe

The role of digital communication in the international arena: Online political mobilization and the Arab Spring

Vivian Patricia Peron Vieira*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013 [p. 24 a 30]

Introdução

O final do século XX e o início do novo século marcam um conjunto de transformações políticas, econômicas, culturais significativas para as relações internacionais. Nesse contexto, os sistemas de comunicação, responsáveis por colher e difundir informações sobre acontecimentos aquém e para além das fronteiras nacionais, também sofreram mudanças. Paralelo ao jornalismo formal e à comunicação diplomática, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação passou a ocupar um destacado lugar na configuração de acontecimentos e fatos políticos de repercussão transnacional.

Um evento recente, expressivo e bastante ilustrativo neste sentido é o conjunto de levantes populares iniciados em dezembro de 2010 e que se propagou em países do Oriente Médio e Norte da África, denominado pelos jornalistas de *Primavera Árabe*. Esta onda de protestos é parte de um processo que repercutiu na queda de governos em países como a Tunísia e Egito, caracterizando-se, sobretudo, como um movimento transnacional, na medida em que afetou não apenas regimes nacionais, mas também seus vizinhos.

Deste modo, o objetivo central do artigo é analisar como ocorreu esta passagem de um levante nacional para um movimento de impacto transnacional, tendo como principal variável o papel das tecnologias digitais de comunicação no atual cenário das relações internacionais. No intuito de atender a esta questão, primeiramente discuti-se a vinculação entre tecnologias digitais de comunicação e a política atual, apontando os impactos nas relações internacionais. Uma vez traçada essa análise, a seção seguinte caracterizará a mobilização política nos levantes transnacionais no mundo árabe e o lugar das tecnologias digitais de comunicação neste fenômeno.

Arena internacional e comunicação digital

Desde o início deste século, mudanças substantivas vêm ocorrendo na ordem mundial em diversos campos como Economia, Política, Ciências Naturais mediante a implantação de sistemas de comunicação de base digital que já vinham se consolidando desde os anos de 1990 (CASTELLS, 1999). A internet tem sido um dos principais mecanismos deste processo, representando características peculiares quando comparada a outros meios de comunicação, como a televisão e o jornal impresso, pois integra modalidades diferentes de comunicação e diferentes tipos

* Doutorado em andamento em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (vippevi@yahoo.com.br).

de conteúdo (texto, vídeo, imagens visuais, áudio) em um único meio. Essa versatilidade torna plausíveis afirmações de que a tecnologia coincidirá com mudanças sociais relevantes, talvez mais profundas do que a televisão ou o rádio significaram no século XX (DIMAGGIO *et al*, 2001).

Por isso, a internet deve ser compreendida como parte de um fenômeno maior que tem alterado os processos de comunicação. Algo que pode ser sintetizado em torno de três dimensões fundamentais através das quais a informação passa a estar submetida: (1) *digitalização*: transformação de dados, registros, documentos, sons, imagens e todo tipo de informação em linguagem binária (MANOVICH, 2001). Isso possibilita a compressão de grande volume de dados que podem ser armazenados e enviados para grande quantidade de receptores ao mesmo tempo. (2) *Convergência*: diz respeito à interoperabilidade de equipamentos que passam a funcionar e se comunicar sob uma mesma base técnica (STIPP, 1998) e também àquilo que Henry Jenkins (2009) chama de "cultura da convergência", isto é, um crescimento expressivo de novas práticas culturais marcadas pela intensa troca de informações dentro de determinados grupos sociais ou entre estes, ainda que estejam fisicamente distanciados. (3) *Mobilidade*: refere-se ao uso crescente de aparelhos móveis de comunicação multimídia (*smartphones*, *tablets*, *netbooks* etc.) que possibilitam captar e disseminar informação sem um tradicional fixamento espacial, subvertendo determinados constrangimentos territoriais tradicionalmente existentes até então (LEMOS, JOSGRILBERG, 2009).

Embora devamos admitir que estas tecnologias conformam significativas mudanças para os processos comunicativos e para as relações políticas e sociais, é preciso evitar determinismos tecnológicos. Como aponta Tyler (2002), em muitos casos dispositivos como a internet podem ser apenas um novo modo de se fazer velhas coisas. Tomando como exemplo a discussão sobre internet e movimentos anti-globalização, Pipa Norris (2001) lembra que movimentos globais de protestos e ações diretas de manifestações difundidas através das fronteiras nacionais existem há décadas, tal como o movimento anti-nuclear na década de 1950 e os protestos anti-Vietnã na década de 1960, ou até antes com os movimentos anti-escravagistas e pró-sufrágio no século XIX. Para a autora, o fenômeno está longe de ser novo, mas é relevante ao desafiar a legitimidade de organizações internacionais e a autoridade de governos nacionais (NORRIS, 2001).

O advento da internet ocorreu em larga escala há de cerca de 15 anos, e desde então vem repercutindo em assuntos da arena internacional. Há estudos que já aplicam a referida relação das novas tecnologias com o mundo político internacional de maneira mais sistemática (KLUVER, 2002; WENGER, 2001; WESTCOTT, 2008). Eles levam em consideração as mudanças estruturais trazidas pela nova ferramenta, dentre elas: Incremento do diálogo, da deliberação e, consequentemente, do *feedback* das mais diversas arenas, atores e espectadores frente aos acontecimentos internacionais; ocupação gradual enquanto fonte de informação no lugar da mídia tradicional; instantaneidade da informação; surgimento de atores mais participativos (*hackers*, ativistas políticos, terroristas, imigrantes etc.), complexificação da realidade e consequentemente da tomada de decisão (aumentam os fatores envolvidos).

No que se refere a mobilizações políticas globais, a internet alterou a dinâmica internacional por promover eletronicamente a difusão de idéias e táticas de protesto de forma rápida e eficiente através das fronteiras nacionais. Como Norris (2001) já apontava, graças à conexão em rede, as mobilizações, em determinados casos, passam a ganhar escala transnacional em um curto espaço de tempo. O poder das ferramentas digitais, incluindo as redes e a tecnologia móvel, produz, na opinião de Joss Hands (2011), um efeito "bola de neve", o qual só é possível por causa da estrutura e desenho das comunicações digitais modernas que ultrapassam os limites tradicionais geopolíticos. A aglutinação, e consequente mobilização de pessoas *online*, mais especificamente nas redes sociais, são impulsionadas graças aos espaços de autonomia da internet, que se molda na maioria das vezes fora do controle de empresas ou governo (ainda que haja paradoxalmente novas formas de monitoramente e vigilância) sendo denominado por Castells (2012) de "autocomunicação de massa", na qual a internet e plataformas de comunicação digital fazem a vez da comunicação de massa horizontal, isto é, comunicação de muitos indivíduos para tantos outros, dentro e fora das fronteiras.

Levantes no mundo árabe e a mobilização *online*

O conjunto de protestos que culminou com a mudança de regime em diversos países do mundo árabe ao final de 2010 e início de 2011 recebeu a denominação de "Primavera Árabe". Esta nomenclatura geralmente é questionada em duas vias: Primeiro, por que o termo reduz o fenômeno a uma visão restrita de luta pela democracia, quando está atrelado, em suas origens, também a problemas econômicos e sociais, os quais os países da região vêm enfrentando nas últimas décadas. A segunda razão é que ao se denominar "Primavera Árabe" para o conjunto dos levantes sociais de diferentes países – Tunísia, Egito, Líbano, territórios palestinos, Jordânia, Iraque, Kuwait, Emirados, Omã, Arábia Saudita, Sudão (Norte), Argélia, Marrocos, Síria, Iêmen e Líbia –, coloca-se no mesmo bojo realidades distintas, "com problemas econômicos e sociais diferentes oriundos dos diferentes legados deixados pelo colonialismo europeu e pelas diferentes formas de domínio de regimes únicos que governaram esses países por décadas" (FERABOLLI, 2012, p. 107).

Reconhecendo estas ressalvas, o termo é utilizado no decorrer deste artigo entendo-se que ele se tornou rotineiramente difundido para denominar tais eventos e, além disso, abarca fenômenos que também sustentam traços comuns. Por isso, podem ser estudados enquanto um conjunto, sem que revele algum problema de ordem analítica para os objetivos deste artigo. Assim, sem perder de vista as peculiaridades de cada país, dentre as principais características comuns da Primavera Árabe podem-se elencar: (a) existência de governos autocráticos; (b) existência de regimes fechados ou semi-fechados; (c) restrições democráticas crônicas; (d) altos índices de corrupção; (e) abusos nos serviços de segurança; (f) grau elevado de desigualdades sociais; (g) privatizações em benefícios de minorias (LYNCH, 2011). Outro grande denominador comum aos levantes, tido como o mote deste artigo, é o uso da mobilização *online*. Esta se refere à capacidade de arregimentar simpatizantes, ativistas ou apoiadores através dos usos das mídias sociais, diferindo de uma mobilização *offline*, ainda que uma possa complementar ou se sobrepor a outra.

Os estudos e análises discutidos neste artigo apontam que o papel da comunicação digital pode ser interpretado como um catalisador, mas não necessariamente como o elemento preponderante e unicamente determinante neste processo. A partir daí é possível apontar seis funções fundamentais desempenhadas pelas tecnologias de comunicação e informação que afetaram as tensões internas e contribuíram para a expansão além das fronteiras desses levantes: (1) a capacidade de ampliar acontecimentos de forte sensibilização; (2) o potencial de circular informação em nível nacional e transnacional; (3) a capacidade de mobilizar (4) o cerceamento da comunicação digital como objeto de protesto (5) a replicabilidade de narrativas e testemunhos; (6) a configuração de uma opinião pública transnacional com efeitos nas políticas internas. Convém analisar cada um desses pontos elencados.

Primeiro ponto, a capacidade de ampliar acontecimentos de forte sensibilização, refere-se ao efeito de tornar um evento dramático ou trágico em um símbolo de mobilização política. É o caso da imolação de Mohamed Bouazizi[1] na Tunísia que revelou outras questões regionais para além do radicalismo islâmico: Condições econômicas e sociais extremamente desiguais que vivem grande parte da população árabe (FERABOLLI, 2012). A reverberação da morte de Mohamed inclusive é tida como o estopim dos levantes. Outro caso é trazido por Pavlik (2011), sobre o executivo da Google, Wael Ghonim, que criou uma página importante no *Facebook* dedicada a um menino egípcio, Khaled Said, que foi morto pelas autoridades egípcias leais ao ex-presidente Hosni Mubarak. A página foi um recurso de crítica ao regime egípcio que levou muitos egípcios a tomarem conhecimento dos abusos do regime do Mubarak,

1 Mohamed Bouazizi foi um vendedor ambulante de frutas e legumes de 26 anos que teve seus produtos confiscados por autoridades governamentais da Tunísia por considerarem sua atividade ilegal. Após reivindicar a devolução de seus pertences na sede da administração regional e ver seu pedido negado, jogou líquido inflamável em seu próprio corpo e ateou fogo. Bouazizi foi socorrido e levado ao hospital, mas faleceu após pouco mais de 2 semanas, no dia no dia 5 de janeiro de 2011, devido às complicações dos ferimentos. O fato desencadeou uma série de protestos na Tunísia que culminou com a queda do presidente Ben Ali após duas décadas no poder.

fomentando protestos e revoltas. Ainda que Ghonim tenha sido detido e encarcerado pelo regime por ter criado a página no *Facebook*, a repercussão foi bem-sucedida, como afirma Pavlik (2011), dado que propagou as atrocidades vividas sob o regime autoritário no Egito.

Segundo, o potencial de circular informação em nível nacional e transnacional diz respeito à propagação de informações e opiniões sobre os regimes fechados relacionando-os à corrupção e abusos de poder, que até então estavam escamoteados e abafados pelos regimes. Isto provocou um contexto social que, na explicação trazida por Castells (2012), o medo passa a ser superado pela indignação, instigando a revolta e a crença da população na necessidade de mudança política. A propagação ocorreu a partir do vazamento de informações que reverberavam abusos por parte dos ditadores. Bons exemplos desses vazamentos são encontrados dentre alguns cidadãos na Tunísia que usaram a internet para revelar as compras em Paris da primeira dama usando transporte aéreo privado do presidente, ou entre os blogueiros egípcios que circularam vídeos contendo o abuso de policiais, identificando-os posteriormente nas redes sociais (LYNCH, 2012). Esta difusão de informações de abusos por parte dos regimes aglutinou o descontentamento, pois se antes já existia o desejo por mudança, não havia um enredo que conduzisse para isso.

Terceiro, a mobilização refere-se à capacidade de arregimentar o apoio de um grande quantitativo de pessoas em prol de uma causa. Isso ocorre tanto do ponto de vista do apoio simbólico, através de manifestação *online,* quanto no apoio a atividades nas ruas onde a comunicação entre os manifestantes influencia na tomada de decisão e na tática de ação. As comunicações móveis, desde um simples celular até um *smartphone* conectado à internet, têm massivamente enraizado a capacidade de coordenar, organizar e romper em velocidade e em números a potencialidade de uma mobilização, possibilitando o que pode ser descrito como "*mobil(e)isation*" (HANDS, 2011). Algumas pesquisas quantitativas realizadas com os manifestantes de diversos países durante os levantes registraram o uso de *smartphone*, *Facebook* e *Twitter* tanto como meios fundamentais de tomada de conhecimento dos protestos pela população em geral, sobretudo a mais jovem, quanto do compartilhamento dos abusos de poder dos governantes e dos problemas políticos e econômicos enfrentados (TUFEKCI e WILSON, 2012; HOUNSHELL, 2011). Nas palavras de Tufekci e Wilson (2012): "In the case of protests in Egypt, it appears that social networks, often mediated through the new online platforms in the emergent networked public sphere, played a crucial role" (p. 376).

Uma pesquisa que trabalhou com quase 6 milhões de *tweets* em 7 países (Argélia, Bahrain, Egito, Líbia, Marrocos, Tunísia e Iêmen) demonstrou que o *Twitter* funcionou como uma plataforma para que pessoas externas discutissem as notícias, sejam estas sobre a resignação de Mubarak, seja sobre os discursos retóricos e insanos de Qaddafi, ou para começar um grande protesto (HOUNSHELL, 2011). Uma característica interessante é que o *Twitter* foi utilizado para divulgação externa, por isso mais comum no idioma inglês, enquanto o *Facebook* era basicamente utilizado na língua árabe pelos participantes diretos das manifestações.

Além da comunicação *online* ter desempenhado o papel de instrumento de mobilização, também foi objeto de protesto, conforme o quarto ponto. O desligamento da internet[2] feito pelo regime egípcio dentre os dias 25 de janeiro e 02 de fevereiro de 2011 provocou um efeito contrário ao previsto pela autoridade. Primeiro, porque um grupo pequeno, mas com alto conhecimento em tecnologia da informação, continuou a enviar informações e vídeos para o exterior sobre o que ocorria na *Tahrir Square* (TUFEKCI e WILSON, 2012). Segundo, o fato de as pessoas não terem mais o acesso à internet, causou revoltas ou despertou maior interesse ao que estava ocorrendo em seu país, de modo que estimulou as pessoas a saírem às ruas, intensificando os protestos (PAVLIK, 2011).

Quinto, a replicabilidade de narrativas significa que diversas formas de testemunhos e depoimentos passam a ser compartilhadas, criando assim uma narrativa que reforça a mobilização dos levantes em diferentes lugares.

2 A internet no Egito foi utilizada por dissidentes liberais, minorias, grupos religiosos e outros que se opunham ao regime de Mubarak. A esfera política *online* começou a emergir primeiro em formas de *blogs* e *sites* pessoais, e depois em *Facebook, Youtube* e *Twitter*. Enquanto a internet ainda não tinha sido censurada, alguns blogueiros foram presos (TUFEKCI e WILSON, 2012).

Para Lynch (2012) o espalhar das revoluções contra os regimes mostra a unidade árabe numa unificada narrativa de mudança, ainda que numa região que é conhecida por sua fragmentação ideológica. Ao se mostrar na Tunísia que um tirano poderia ser derrubado, tal acontecimento tem o poder emblemático de influenciar os demais a acreditarem que era possível superar o medo e sair nas ruas, mesmo com a ameaça de serem presos, torturados e mortos (LYNCH, 2012). Protestar, difundir informações sobre os levantes, incitar as pessoas de seus círculos sociais a reclamarem do regime e contestar a ordem que estavam obrigados a seguir foram em grande medida impulsionados por redes de contato através do uso de plataforma *online*. É exatamente como explica Castells (2012) sobre a Primavera Árabe: a união possibilitada pela internet fez superar o medo e alcançou o espaço público real. Paralelamente, o *Facebook*, o *YouTube* e o *Twitter*, além da mídia móvel (celulares), desempenharam papéis vitais que reforçaram esta replicabilidade narrativa, sobretudo nas mãos dos "jornalistas-cidadãos". Esse termo compõe parte essencial do novo ecossistema das notícias, pelo fato das informações trazidas em tais plataformas digitais pelos cidadãos comuns serem consideradas fontes para o jornalismo realizado pela mídia tradicional. Ainda que esses cidadãos possam ou não ter histórico em ativismo, surgem num momento crucial para emitir informação crítica para o público (HOUNSHELL, 2011; TUFEKCI e WILSON, 2012). Pavlik (2011) revela que o grande número de jornalistas-cidadãos que colhem e distribuem notícias com seus dispositivos móveis e outras mídias digitais capacitadas pela internet frequentemente supera, pelo menos em número, a força de trabalho das mídias noticiosas tradicionais. No Egito, por exemplo, estima-se que dezenas, se não centenas de milhares de protestantes estavam agindo como jornalistas-cidadãos durante as manifestações (TUFEKCI e WILSON, 2012).

A sexta função desempenhada pelas tecnologias de comunicação e informação diz respeito à configuração de uma opinião pública transnacional com efeitos na política interna, alimentada pela intensa troca de informações e opinião do cidadão em sinergia com o filtro e difusão da mídia tradicional. Hounshell (2011) explica que organizações de mídia como a BBC e a Al Jazeera[3] serviram como filtro para verificação da autenticidade das fontes trazidas nas redes sociais. Para Castells (2012) a atuação da mídia tradicional – em sinergia com as redes digitais – também criou um manto de proteção junto à opinião pública internacional que inibiu, em alguns momentos, a radicalização da repressão estatal. Além disso, o autor explica que esse elo entre mídia tradicional e internet foi essencial durante as semanas das revoltas, tanto na Tunísia quanto em todo o mundo árabe, onde "Al Jazeera went so far as to develop a communication program to allow mobile phones to connect directly to its satellite without requiring sophisticated equipment" (p. 27).

As mídias noticiosas tradicionais funcionaram para colocar o fluxo dos acontecimentos trazido pelas mídias sociais num contexto e numa perspectiva mais amplos, fornecendo informações adicionais que não seria conseguida da maneira tradicional de captação de notícias. Mas como bem observam Tufekci e Wilson (2012) os novos sistemas de comunicação política não podem ser facilmente separados das categorias tradicionais de mídia. A Al-Jazeera, por exemplo, integrou as mídias sociais *online* em suas práticas de coleta de fontes e cultivou jornalistas-cidadãos através da região, o que garantiu a cobertura da sucessão de eventos através de vídeos captados basicamente por *smartphones*. Assim, os canais de TV por satélite (a exemplo da Al-Jazeera) em conjunto com as redes sociais *online* formaram uma nova esfera pública no mundo árabe, através de um dinâmico sistema de comunicação em rede.

Considerações finais

Desde o início da Primavera Árabe, com os levantes na Tunísia seguido para o Egito, acadêmicos têm tentado entender como a internet e as redes sociais *online* contribuem para mudança política em regimes autoritários. Nessa

3 Al Jazeera é uma emissora de televisão criada em 1996 e sediada no Catar. Ergueu-se inicialmente com foco na cobertura e transmissão em países do mundo árabe. Tem ênfase em noticiário internacional e hoje possui mais de 60 escritórios ao redor do mundo que se estendem por seis continentes diferentes, incluindo canal em língua inglesa. Maiores informações em <http://www.aljazeera.com>.

direção, o presente artigo buscou estreitar a relação entre a arena internacional e a comunicação digital, tendo como pano de discussão a mobilização *online* antes e durante os levantes populares ocorridos na região.

Assim, diante dos seis elementos listados, a Primavera Árabe pode ser entendida como um acontecimento de ordem complexa e transnacional, catalisado pelo uso de tecnologias digitais de comunicação, mas não restrito a elas. Este artigo buscou então demonstrar as implicações que as plataformas digitais trouxeram para a mobilização em massa do mundo árabe, atuando como peça indispensável para compreender as dimensões deste evento, em particular, como parte de um importante processo de mudança política que tende a afetar as relações internacionais contemporâneas como um todo.

Referências

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999; v. 1.

_____. *Networks of outrage and hope*: Social movements in the internet age.UK: Polity Press, 2012.

DIMAGGIO, Paul; HARGITTAI, Eszter; NEUMAN, W Russell; ROBINSON, John P. Social implications of the Internet. *Annual Review of Sociology*, 2001, 27, p. 307-336.

FERABOLLI, Sílvia. Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012.

HANDS, Joss. *@ Is for Activism*: Dissent, Resistance and Rebellion in a Digital Culture. London: Pluto Press, 2010.

HOUNSHELL, Blake. The revolution will be tweeted: life in the vanguard of the new Twitter proletariat. *Foreign policy*, 2011, v. 187 p. 20.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009, p. 27-53.

KLUVER, Alan R. The logic of new media in international affairs. *New Media & Society*, 4 (4), p. 499-517, 2002.

LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fabio (Org). *Comunicação e mobilidade*: Aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: Edufba, 2009.

LYNCH, Marc. The big think behind the Arab spring. *Foreign Policy*. V.190, p. 46, 2011.

MANOVICH, Lev. *The language of New Media*.Cambridge. MIT Press,2001.

NORRIS, Pipa. *Digital Divide*: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

PAVLIK, John V. A tecnologia digital e o jornalismo: As implicações para a Democracia. *Brazilian Journalism Research*, 2011, Vol.7(2), p. 94.

STIPP, Horst. Should TV marry PC? *American Demographics*, 20 (7), p. 16-21, 1998.

TUFEKCI, Z. and WILSON, C. (2012), Social Media and the Decision to Participate in Political Protest: Observations From Tahrir Square. *Journal of Communication*, 62: 363–379. 14, 2011.

TYLER, Tom. R. Is the Internet changing social life? It seems the more things change, the more they stay the same. *Journal of Social Issues*, 58 (1), p. 195-205, 2002.

WENGER, Andreas. The Internet and the Changing Face of International Relations and Security. *Information & Security*.Volume 7, 2001, p.5-11.

WESTCOTT, Nicholas. Digital Diplomacy: The Impact of the Internet on International Relations. Oxford Internet Institute, *Research Report 16*, July 2008.

Resumo

O artigo busca analisar qual o papel das tecnologias digitais de comunicação no atual cenário das relações internacionais, tendo como foco específico os levantes populares da chamada Primavera Árabe, que ganharam grande repercussão como um evento transnacional.

Abstract

This paper analyzes the role of digital technologies of communication in the current scenario of international relations, focusing on the specific uprisings of Arab Spring, which made a great impact as a transnational event.

Palavras-chave: Primavera árabe; mobilização online; comunicação internacional
Keywords: Arab Spring; online mobilization; international communication

Recebido em 18/08/2013
Aprovado em 27/08/2013

Segurança nacional e liberdades civis nos Estados Unidos: Obama e a opção pela segurança

National security and civil liberties in the United States: Obama and the option for security

Cláudio Júnior Damin*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013 [p. 31 a 37]

Introdução

O objetivo do artigo é analisar, à luz da experiência histórica dos Estados Unidos, as recentes denúncias de vigilância do Estado em relação aos indivíduos no governo do presidente Barack Obama. Nossa hipótese é a de que o presidente democrata reproduz uma opção – a opção pela segurança nacional – que tem sido reiteradamente tomada por sucessivos presidentes ao longo da história. Essa opção normaliza, ou legaliza, medidas típicas de exceção, também chamadas de emergenciais, que acabam ferindo temporariamente direitos fundamentais dos indivíduos.

A questão básica que se impõe é considerar que o Estado, mesmo aquele adjetivado como liberal, pode ser utilizado para suprimir liberdades individuais. Trata-se de uma tensão que opõe *segurança nacional/estatal* e *liberdades individuais* (Epstein, Ho, King e Segal, 2005). Do ponto de vista teórico essa tensão já fora tratada pela escola neorrealista de relações internacionais. Segundo o argumento de Waltz (1990, p. 36, tradução nossa), "em situações cruciais, a maior preocupação dos estados não é o poder, mas sim sua segurança", assumindo, assim, que "os estados procuram garantir sua sobrevivência" (WALTZ, 1979, p. 91, tradução nossa).Essa busca primária pela sobrevivência, que é sinônima à maximização da segurança estatal, seria o pré-requisito para que um Estado possa ter outros objetivos durante sua existência no sistema internacional. Ainda para Waltz (1979), o caráter anárquico do sistema internacional e que potencialmente pode levar à violência e guerras, faz com que os governos acabem se utilizando de seu poder tendo em vista sua própria proteção e proveito. Como resultado, são gerados governos que conferem às práticas de vigilância e espionagem – seja de cidadãos ou de estrangeiros – uma prevalência sobre a estrita observância das liberdades individuais.

É dentro dessas premissas que se desenrola a tensão entre segurança e liberdade. Em Nicolau Maquiavel, pioneiro no estudo do Estado, já encontramos um entendimento de que ao príncipe caberia tudo empreender, inclusive a intrusão nas liberdades dos súditos, desde que tendo como objetivo assegurar a integridade e a segurança da pátria. Também em John Locke, referência do liberalismo político, há o entendimento de que em determinados momentos o governante deveria agir de modo discricionário, baseado no que denominou de "prerrogativa", para salvar o Estado, mesmo que isso implicasse a violação momentânea a direitos individuais já consagrados pelas leis. Essa tensão, que supõe uma escolha costumeira pela segurança estatal, elevada ao extremo produz um estado de exceção, tal qual teorizado por Carl Schmitt. No estado de exceção schimitiano o governante assume poderes ilimitados para garantir

* Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (superdamin@terra.com.br).

o direito à autopreservação do Estado em momentos de necessidade pública. Seu foco é o prosseguimento da vida estatal e não a segurança dos cidadãos como é, por exemplo, a preocupação em Thomas Hobbes (SÁ, 2003).

Cepik (2003, p. 142), para essas questões, assinala que o Estado seria uma 'faca de dois gumes', pois ao mesmo tempo em que é o responsável pela garantia da segurança nacional, "frequentemente torna-se ele próprio uma fonte de ameaça mais ou menos direta para a segurança dos indivíduos, de grupos e da própria nação". Essa tensão comporta diferentes graus de manifestação que dependem "da natureza dos regimes políticos, das formas de governo e de outras características institucionais e escolhas políticas dos sujeitos relevantes em cada país" (CEPIK, 2003, pp. 158-159), sendo "um traço imanente da ordem política moderna" (CEPIK, 2003, p. 143). Trata-se, pois, de um problema já conhecido pela Academia e que continuamente tem se revelado em novos casos, como o que analisamos neste artigo.

Além desta Introdução, o texto está dividido em três outras partes. Na primeira abordamos do ponto de vista histórico a relação entre segurança nacional e liberdades individuais nos Estados Unidos. Na segunda analisamos como as recentes denúncias de vigilância de cidadãos norte-americanos revelam uma opção pela segurança por parte do atual presidente do país. Finalizamos tecendo rápidas considerações sobre os temas abordados no artigo.

Segurança nacional *versus* liberdades individuais nos Estados Unidos

A despeito de se poder assinalar que os Estados Unidos foram edificados dentro de um paradigma de Estado limitado em seu poder, adjetivado como *liberal* e forjado para evitar a tirania, a história registra distintas oportunidades em que o governo norte-americano acabou violando os direitos de seus cidadãos em nome da segurança estatal.

Poderíamos começar com os *Alienand Sedition Acts* aprovados em 1798. Nos Estados Unidos o contexto era de uma guerra naval não declarada contra a França e, também, da formação de uma oposição organizada contra o segundo governo de George Washington, este vinculado aos federalistas. A oposição era capitaneada por James Madison e Thomas Jefferson, denominados republicanos. Conforme assenta Lipset (1963, p. 57), a lei fornecia ao presidente "o poder de expulsar qualquer estrangeiro que ele considerasse perigoso à paz pública ou de quem ele suspeitasse, com fundadas razões, de conspirar contra o governo", negando a esses não nacionais a possibilidade de contestar suas condenações nos tribunais regulares do país. A lei, contudo, não abarcava apenas estrangeiros, mas também cidadãos do país que criticassem "com extrema severidade o governo".

Um segundo momento foi a Guerra da Secessão (1861-1865). Nessa oportunidade o presidente Abraham Lincoln tomou medidas que, em tempos normais, não poderiam ter operado, tais como a decretação da suspensão do *writ* do *habeas corpus* por mais de uma vez e que acabou impondo a lei marcial no país sem a possibilidade de que os detidos pudessem contestar suas detenções, a censura e o controle do telégrafo e, ainda, o aumento do contingente das forças armadas por decisão executiva (ROSSITER, 1948).

O *Sedition Act*, que pode ser resumido como uma proibição de as pessoas falarem mal da guerra, foi invocado novamente durante a Primeira Guerra Mundial. No saldo, o governo do presidente Woodrow Wilson processou 200 pessoas em razão de críticas feitas ao esforço de guerra (COLE, 2003). Conforme acentua Cole (2003), a lei consistia em uma espécie de controle administrativo das ameaças, apenas podendo ter validade com uma declaração formal de guerra, como foi o caso do conflito.

A mais grave violação dos direitos de cidadãos norte-americanos, contudo, ocorre na esteira da II Guerra Mundial. Em fevereiro de 1942 o presidente Franklin Roosevelt autorizou a criação de áreas militares nos Estados Unidos. O objetivo de tais áreas era evacuá-las, mas nem todas as pessoas deveriam sair. Os militares criaram as Áreas 1 e 2 e ordenaram que qualquer pessoa com ancestrais japoneses deveria ser removida. Rossiter (1948) sustenta que 110 mil pessoas foram evacuadas da Costa do Pacífico, sendo 70 mil cidadãos norte-americanos.

A justificativa assentava-se em um problema de *necessidade militar*, já que supostamente havia o perigo de que os japoneses invadissem a Costa do Pacífico com o auxílio ou a condescendência dos nipo-americanos. Segundo Rossiter (1948, p. 281, tradução nossa), "o critério para exclusão não era a deslealdade ou traição, mas o critério não democrático da raça". A Suprema Corte analisou o caso, depois de ocorrido, sendo que a maioria dos juízes não julgou ser inconstitucional a evacuação dos descendentes de japoneses.

Durante a Guerra Fria, uma vez mais, as liberdades individuais de cidadãos norte-americanos seriam atacadas. Conviveu-se com o chamado "macarthismo" e o surgimento da "culpa por associação"(COLE, 2003). A cruzada macarthista baseava-se na enumeração de pessoas e organizações simpáticas à ideologia comunista. A histeria coletiva embasada no medo do comunismo fez com que o governo acabasse "se engajando na prevenção sem observar os rigores do processo criminal" (COLE, 2003, p. 3, tradução nossa).

Em 1950 havia lista onde constavam 200 organizações ditas subversivas operando em solo norte-americano. O trabalho de "investigação" se deu, em boa parte, no âmbito da "Comissão das atividades anti-americanas" criada no Senado e presidida pelo senador republicano Joseph MacCarthy. Mesmo antes, em 1948, Cole (2003) revela ter existido o chamado *The Portfolio Program*, feito secretamente pelo Departamento de Justiça. Segundo o autor, ele serviria para deter pessoas perigosas sempre que o presidente declarasse emergência nacional, preconizando a suspensão do *habeas corpus*, a autorização para prisões em massa com apenas um mandado judicial, além da negação da possibilidade de revisão judicial das detenções preventivas.

No século XXI essa trajetória de momentos de desrespeito aos direitos individuais se repetiu novamente, e de forma ainda mais ampla, desta feita ensejada genericamente pelo medo da ameaça terrorista após os atentados de 11 de setembro de 2001.O clima era de incerteza, de medo, e uma vez mais o governo fez a opção pela segurança nacional. É representativa dessa escolha a aprovação, já no dia 5 de outubro, da Lei Patriótica (*Patriot Act)*. Seu objetivo, segundo o Departamento de Justiça, era proporcionar uma maior integração das distintas agências de segurança norte-americanas, atualização de tecnologias e aumento da punição para crimes como o terrorismo. Do ponto de vista das liberdades civis a lei autorizava, por exemplo, a invasão, por parte do aparato policial estatal, de residências sem a necessidade de mandado judicial prévio e mesmo que moradores não estivessem presentes em seus domicílios. Simplificava, ainda, a burocracia para a instalação de escutas telefônicas e monitoramento de e-mails de cidadãos norte-americanos suspeitos de atividades duvidosas (GERMAN, 2002; NETO, 2008).

A Lei Patriótica possuía uma *sunset clause*, pelo que poderíamos qualificar como uma legislação de emergência, com data para expirar. A rigor, sua validade iria cessar em 31 de dezembro de 2005. Na prática, contudo, não foi o que ocorreu. George W. Bush, seu autor, renovou para um novo período e, em 2011, o presidente Barack Obama também articulou sua renovação obtendo-a com a aprovação do Congresso. Atualmente o prazo de validade da Lei Patriótica é de 1º de junho de 2015.

Barack Obama e a opção pela segurança

É nessa longa tradição de opção pela segurança nacional que podemos também enquadrar o comportamento do presidente Barack Obama diante das denúncias surgidas no começo de junho de 2013 dando conta de que o governo norte-americano estaria violando direitos constitucionais como o da privacidade. Em edição de 06 de junho, o jornal inglês *The Guardian* revelou que a Agência Nacional de Segurança (NSA) dos Estados Unidos executaria o recolhimento diário de registros telefônicos de milhões de clientes da operadora *Verizon*. Isso seria realizado tendo como amparo uma ordem judicial secreta descoberta pelo diário inglês.

A base de todo esse processo seria composta por dois pilares legais. O primeiro é a Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira (FISA) de 1978 que, em sua seção 103 (a), possibilitou a criação de uma instância judicial

própria, a Corte FISA, com "jurisdição para ouvir pedidos e conceder ordens de aprovação de vigilância eletrônica em qualquer lugar dentro dos Estados Unidos" (FISA, 1978, p. 1788, tradução nossa).Teria sido essa Corte a responsável pela ordem judicial entregue à *Verizon*. A autorização teria sido dada no final de abril de 2013, oferecendo direito ilimitado para a obtenção, por parte da NSA, de dados durante três meses, sendo válida até a segunda quinzena de julho. Segundo o *The Guardian*, deveriam ser entregues os números dos telefones de quem realizou ligações, a localização da chamada bem como sua duração. O conteúdo continuaria sendo preservado. A gravidade da decisão se dá precisamente pelo modo indiscriminado com que as ligações seriam registradas e entregues ao governo, não necessariamente tendo como critério, por exemplo, potenciais criminosos ou terroristas domésticos. À *Verizon* caberia o silêncio em relação à ordem judicial, sendo vedada expressamente sua revelação pública.

O segundo pilar legal seria a seção 215 da Lei Patriótica de 2001. Ela emenda o título V do FISA, alterando os artigos 501 a 503. Interessa-nos o artigo 501, cujo título é "Acesso a certos registros de negócios para a inteligência estrangeira e investigações de terrorismo internacional". Segundo a *alínea* "a", o diretor do FBI ou um designado seu "podem fazer um pedido de uma ordem exigindo a apresentação de quaisquer coisas tangíveis (incluindo livros, registros, papeis, documentos) dentro de uma investigação para se proteger contra o terrorismo internacional ou atividades clandestinas" (PATRIOT ACT, 2001, p. 287, tradução nossa).

Essas disposições expandem o poder do FBI para espionar cidadãos, sejam eles norte-americanos ou estrangeiros vivendo no país. O artigo 215 também nada fala acerca de uma causa específica para a captura dessas "coisas tangíveis", o que significa que qualquer um é suspeito em potencial. A discricionariedade do Poder Executivo é, aqui, vasta. As ordens são dadas sem que o indivíduo investigado tome conhecimento da entrada do aparato de inteligência em sua vida privada.

Documento divulgado pelo *The Guardian* indicou que a interferência dos órgãos de inteligência na esfera privada dos norte-americanos, e também estrangeiros, era mais ampla do que simplesmente a compilação de dados dos consumidores da *Verizon*. Segundo documento vazado, haveria desde 2007 nos Estados Unidos a obtenção compulsória de dados da internet de usuários da *Microsoft*, sendo que na gestão de Barack Obama esse processo teria se intensificado e atingido outras companhias.

Já o *The Washington Post* revelou, também em junho, que o governo teria o acesso aos servidores das grandes empresas do ramo da internet. Ele se daria através do PRISM, um programa secreto de vigilância e espionagem para dados cibernéticos que agrega dados de navegação, conteúdo de e-mails e *chats*, acesso a fotos enviadas e, também, o histórico de buscas nos navegadores. James Clapper, diretor da NSA, veio a público, no dia seguinte à reportagem do jornal, dizer que os dados obtidos através do PRISM não permitiriam o acesso ao conteúdo dos arquivos.

O governo, em nenhum momento, negou que realize o controle e armazenamento de dados telefônicos e de internet de milhões de norte-americanos. Diz que assim age, mas tendo em vista propósitos nobres ligados à segurança da população. Em Berlim, o próprio presidente Obama justificava a utilização do PRISM e a atuação de agências como a NSA afirmando que essa não seria "uma situação na qual simplesmente vamos para a internet e começamos a vasculhar da forma que quisermos", mas sim algo limitado "para que possamos proteger nosso povo" (OBAMA, 2013b, s/p tradução nossa).

Em 07 de junho Obama concedeu uma entrevista coletiva sobre a controvérsia da NSA. Sua entrevista reproduz um padrão histórico de presidentes norte-americanos que transformam medidas notadamente violadoras dos direitos fundamentais dos cidadãos em ferramentas para garantir a segurança da nação pretensamente ameaçada, desta feita pelo terrorismo doméstico e internacional. Nessa entrevista Obama defende a atuação das agências de inteligência dos Estados Unidos. Afirma que as comissões de inteligência, incluindo as do Congresso e compostas por representantes dos dois partidos políticos do país, foram reiteradamente avisadas da existência dos programas de vigilância e que, portanto, ele como presidente não estaria fazendo ou teria ordenado nada que não fosse de conhecimento dos representantes da população. O PRISM, nesse sentido, teria sido aprovado e autorizado repetidas

vezes pelo Congresso, não se tratando de um ato unilateral do Poder Executivo. Nas palavras do democrata: "Então, em resumo, o que você tem são dois programas que foram originalmente autorizados pelo Congresso e que têm sido repetidamente autorizados pelo Congresso. Maiorias dos dois partidos os aprovaram" (OBAMA, 2013, s/p, tradução nossa).

Obama faz, também, uma confidência importante que acaba retificando posicionamentos seus enquanto senador durante o mandato de George W. Bush. Ele próprio diz que assumiu a presidência "com um ceticismo saudável sobre esses programas" de espionagem, que sua equipe de governo fez uma avaliação deles e que seu governo teria ampliado a supervisão e as salvaguardas de modo a proteger os direitos fundamentais dos cidadãos norte-americanos. "Mas a minha avaliação e a avaliação da minha equipe foi a de que esses programas nos ajudam a evitar novos ataques terroristas", declarou o presidente. Eles, assim, "fazem a diferença para antecipar e prevenir possíveis atividades terroristas". Obama assume, portanto, que deu continuidade aos programas de vigilância instaurados durante o mandato dos republicanos, mas que teria aperfeiçoado esses programas de vigilância no sentido de que estariam "sob estrita supervisão dos três ramos do governo" (OBAMA, 2013, s/p, tradução nossa).

Mas quais as atividades que o presidente reconhece como sendo necessárias e legais? Obama tenta minimizar a gravidade conferida pela opinião pública às ações de vigilância afirmando que não se trata de analisar o conteúdo dos telefonemas ou de dados de internet. Conforme expressou, "quando se trata de chamadas telefônicas, ninguém está ouvindo seus telefonemas". Ao contrário, o que a "comunidade de inteligência" faz é buscar os números de telefones e a duração de chamadas, não estando, portanto, à procura do nome das pessoas e do conteúdo das conversas. A estratégica aqui seria a de que ao "peneirar" esses "metadados", a inteligência poderia identificar potenciais indivíduos que estariam se engajando em atividades terroristas (OBAMA, 2013, s/p, tradução nossa). Em um segundo momento, caso a comunidade de inteligência queira ouvir o conteúdo da ligação telefônica é necessário ter um documento de autorização de um juiz federal. Esse seria o procedimento legal a ser realizado de tal forma que Obama garante que "ninguém está ouvindo o conteúdo das ligações telefônicas da população" (OBAMA, 2013, s/p, tradução nossa). Também na coletiva de imprensa o democrata sustenta, em relação à internet e e-mails, que seus conteúdos não seriam investigados no caso de cidadãos norte-americanos ou de indivíduos vivendo nos Estados Unidos. Para que isso ocorresse seria necessária uma autorização judicial. Ela poderia ser dada pela Corte FISA como no caso da *Verizon*.

O que Obama faz é normalizar a exceção, conferindo um verniz legal a uma clara violação da privacidade de cidadãos. Tudo feito dentro do esforço da chamada "guerra global contra o terrorismo", expressão formalmente extinta pela administração democrata, mas que permanece viva, desencadeando, 12 anos após os atentados de 11 de setembro de 2001, continuadas medidas emergenciais sob o pretexto de defender a nação de ameaças difusas.

Poderíamos, contudo, assinalar uma importante diferença entre Bush e Obama. Com o republicano era claro e recorrente, em seus discursos, a afirmação de que a utilização de programas de espionagem interna era operada tendo em vista o poder do presidente enquanto comandante-em-chefe e, portanto, responsável pela segurança nacional. Legislativo ou Judiciário, sob essa ótica, não poderiam se imiscuir no trabalho da comunidade de inteligência justamente por ser uma prerrogativa essencialmente atribuída ao presidente da República. Não havia, por isso mesmo, uma interpretação segundo a qual o poder de investigar e espionar dados telefônicos e cibernéticos deveria ser compartilhado (do ponto de vista da fiscalização) com os outros Poderes da República, concentrando todo o poder na Presidência.

Obama não utiliza da mesma forma esse argumento, sendo que sua ênfase não se dá em termos de uma prerrogativa presidencial para investigar e espionar, mas sim em uma autoridade que é, em primeiro lugar, conferida pelas leis vigentes e, depois, pelo entendimento de que o trabalho da comunidade de inteligência passaria pelo escrutínio tanto do Legislativo quanto do Judiciário. Obama quer construir aqui uma versão de que nada faz de forma unilateral, mas sim com o acompanhamento dos outros Poderes, como se o sistema de *check sands balances* estivesse em pleno funcionamento.

Portanto, quando Obama opta pela segurança da nação, como outros presidentes fizeram, seu estilo parece ser, nesse caso, menos o de reafirmar um poder indiscutível para investigar e espionar e mais o de informar o público de que nada é feito de forma obscura. Essa estratégia foi particularmente visível em outra coletiva de imprensa realizada pelo presidente no dia 09 de agosto. Nela, Obama, em função da amplitude do vazamento de informações sobre o PRISM, inclusive com prejuízos para sua popularidade doméstica e no exterior, divulgou algumas medidas em relação aos programas de inteligência.

A principal delas é a sua disposição de trabalhar com o Congresso para reformar a seção 215 da Lei Patriótica, instrumento que facilitou e legalizou a intrusão do FBI e de outras agências de inteligência na vida particular dos indivíduos. Outra é a promessa de trabalho conjunto com o Congresso para dar maior credibilidade à Corte da FISA, que saiu do episódio com uma imagem de órgão que emite documentos sigilosos que violam o direito à privacidade de milhões de pessoas. Obama prometeu, também, ser mais transparente em relação ao trabalho da comunidade de inteligência, de modo a desfazer a nuvem que paira sobre ela em relação a possíveis violações de princípios fundamentais do Estado de Direito (OBAMA, 2013c). O tempo poderá dizer se se trata de retórica ou de sincera disposição para melhor controlar o trabalho da comunidade de inteligência dos Estados Unidos.

Considerações finais

Nos Estados Unidos as recentes denúncias de espionagem de ligações telefônicas e de dados de internet que estariam sendo operadas pela comunidade governamental de inteligência revelam que um "processo emergencial" ainda se desenvolve naquele país, a despeito de os eventos de setembro de 2001 terem ocorrido há mais de década.

Barack Obama tem prometido mudanças, mas elas serão tênues, já que parecem estar institucionalizadas as formas de vigilância e espionagem de cidadãos e estrangeiros. Mais que isso, há todo uma estrutura posta em funcionamento para legalizar a exceção. Não se visualiza, por isso mesmo, uma renúncia ao seu alegado direito ou dever de manter o país seguro contra a ameaça terrorista, mesmo que isso signifique flexibilizar garantias que, em tempos normais, não seriam relativizadas.

Mais que tudo, o que as revelações dos jornais e do ex-analista da NSA Edward Snowden indicam é que o Onze de Setembro ainda está fortemente vívido na memória das autoridades norte-americanas. Foi um trauma cujos efeitos ainda hoje se apresentam como impactantes não apenas do ponto de vista doméstico, mas também para o sistema internacional. Tais efeitos, ainda hoje sentidos, têm levado os sucessivos governos norte-americanos a justificara escolha que fazem pela segurança nacional em detrimento das liberdades individuais.

Referências bibliográficas

CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

COLE, David. The New McCarthyism: Repeating History in the War on Terror. *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review*, vol. 38, 2003, pp. 1-30.

EPSTEIN, Lee; HO, Daniel; KING, Gary; SEGAL, Jeffrey. The Supreme Court During Crisis: how war affects only non-war cases. *New York University Law Review,* vol. 80, nº 1, 2005, pp. 1-116.

FISA. *Foreign Intelligence Surveillance Act of 1978*. 1978. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-92/pdf/STATUTE-92-Pg1783.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

GERMAN, Christiano. As consequências das novas leis de segurança sobre a comunicação local e global. *Sociedade e Cultura*, v. 5, nº 2, 2002, pp. 117-126.

LIPSET, Seymour Martin. *A sociedade americana: uma análise histórica e comparada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

NETO, José Cretella. *Terrorismo Internacional: inimigo sem rosto – combatente sem pátria*. Campinas: Millennium Editora, 2008.

OBAMA, Barack. *Transcript: Obama's Remarks on NSA Controversy.* June 7, 2013. Disponível em: <http://blogs.wsj.com/washwire/2013/06/07/transcript-what-obama-said-on-nsa-controversy>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

OBAMA, Barack. *Transcript of Obama's Speech in Berlin*. June 19, 2013b. Disponível em: http://blogs.wsj.com/washwire/2013/06/19/transcript-of-obamas-speech-in-berlin. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

OBAMA, Barack. *Remarks by the President in a Press Conference*. August 09, 2013c. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/08/09/remarks-president-press-conference>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

PATRIOT ACT. *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tolls Required to Intercept and Obstruct Terrorism (USA Patriot Act) Act of 2001*. 2001. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ56/pdf/PLAW-107publ56.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

ROSSITER, Clinton. *Constitutional Dictatorship*. Princeton: Princeton Press, 1948.

SÁ, Alexandre Francisco de. *Do decisionismo à teologia política: Carl Schmitt e o conceito de soberania*. Lisboa, 2003. Disponível em: www.lusosofia.net. Acesso em: 14 abr. 2009.

WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth. Realist Thought and Neorealist Theory. *Journal of International Affairs*, 44.1, 1990, pp. 21-37.

Resumo

O artigo analisa, à luz da experiência histórica dos EUA, as recentes denúncias de vigilância do Estado em relação aos indivíduos no governo de Barack Obama. Aborda-se a tensão entre segurança nacional e liberdades civis e como o democrata faz uma opção pela segurança, repetindo o padrão de presidentes anteriores.

Abstract

The article examines, in the light of the historical experience of the U.S., recent reports of state surveillance in relation to individuals in the government of Barack Obama. Addresses the tension between national security and civil liberties and how the Democrat did an option for safety, repeating the pattern of previous presidents.

Palavras-chave: Estados Unidos; Segurança nacional; Liberdades civis
Keywords: United States; National Security; Civil Liberties

Recebido em 21/08/2013
Aprovado em 26/09/2013

A política comercial dos Estados Unidos no primeiro governo Obama: heranças, estratégias e desafios

US trade policy under President Obama: inheritance, strategies and challenges

Thiago Lima*
Filipe Mendonça**

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013 [p. 38 a 44]

Introdução

Após oito anos de uma administração republicana que imprimiu um tom particular à política comercial americana, especialmente em relação à proliferação de acordos bilaterais e regionais, o democrata Barack Obama optou, em seu primeiro mandato, por uma política de comércio internacional mais discreta. Muitos críticos acusaram a administração de timidez ou inação. Entretanto, a estratégia parece ter sido mais de "retirada de cena" do regime multilateral de comércio com o intuito de reformular algumas diretrizes comerciais dos Estados Unidos. Entender este aparente recuo, entretanto, parece nos dar elementos importantes para as iniciativas comerciais de Obama no segundo mandato, mais ativas, com o pedido em agosto de 2013 do *fast track* e com as negociações da Parceria Transpacífica e do acordo de comércio e investimentos EUA-União Europeia.

Além de estar em reformulação, esta característica da política comercial "menos ativa" no primeiro governo deveu à priorização de outros temas, como a reforma do sistema de saúde pública, uma enorme crise econômica, além dos atoleiros do Iraque e do Afeganistão. Ao mesmo tempo, e talvez essa seja a variável mais importante, foi reflexo do esgarçamento político-partidário sobre a forma de inserção dos Estados Unidos na economia internacional, especificamente em sua face mais aparente para o conjunto da sociedade: o comércio.

Tal esgarçamento vem se processando desde a década de 1990 como uma crescente crítica à globalização incorporada mais diretamente na posição do Partido democrata. A política menos ativa em termos de negociações internacionais buscou, assim, esfriar ânimos e angariar capital político que permitisse a fundação de um novo consenso bipartidário sobre a política comercial, como o que vigorou do pós II Guerra até o início dos anos 1990. As condições políticas e econômicas herdadas por Obama são, assim, importantes para compreender seu primeiro mandato.

A política de acordos comerciais da administração Bush, denominada Liberalização Competitiva, acentuou a cisão entre republicanos e democratas (Ikenson e Lincicome, 2009). Ela consistia, em linhas gerais, na realização de acordos bilaterais e regionais de comércio com países que aceitassem negociar a partir das demandas e parâmetros americanos (Bastos, 2004; Schott, 2004; Lima, 2009), como se os acordos fossem contratos de adesão que os parceiros

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (thiagolima3@gmail.com).

** Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia – UFU (filipe.relint@gmail.com).

aceitavam caso quisessem acesso privilegiado ao mercado americano, podendo moldar apenas as margens dos tratados. Os *templates* oferecidos pelos EUA tinham base no acordo do NAFTA, foram atualizados para contemplar o que o USTR chamava o 'estado da arte' das regras comerciais e resultaram em pacotes em muito similares em termos de conteúdo geral.

Durante os oito anos de governo Bush, os democratas condenaram os acordos por não tratarem adequadamente questões relativas a meio ambiente, direitos humanos e direitos trabalhistas. Estes três temas foram adotados pelo Partido como indissociáveis de qualquer arranjo comercial que pretenda ser considerado de boa qualidade desde o início dos anos 1990. De fato, quando o Partido retomou a maioria no Congresso em 2007, impôs à administração o compromisso de incorporar às negociações já concluídas adendos referentes àqueles três temas como pré-condição para a ratificação (Barfield e Levy, 2009; Chukwumerije, 2009; Ikenson e Lincicome, 2009; Schott, 2009).

O próprio Obama, então senador, se posicionava de forma muito crítica à política comercial de Bush, a ponto de haver temor sobre uma possível guinada protecionista quando assumiu a Casa Branca. A este respeito, Bhandari e Klaphake (2011: 73) afirmam que:

> "Out of sixteen occasions, he had cast thirteen major votes on trade policy issues in the Senate in support of trade barriers and against reducing trade subsidies. In short, Obama's role in the U.S. Senate and his ideas expressed during the U.S. Presidential election campaign, present President Barack Obama as one of the skeptical figures in liberalizing trade"

O cenário de deterioração econômica no final da administração Bush agravou o descontentamento popular com a ideia de liberalização comercial. De fato, as exportações de bens sofreram queda entre 2008 e 2009 após uma sequência de cinco anos de crescimento. O problema era que as importações cresciam mais velozmente, fazendo aprofundar o déficit no comércio de bens. No cerne da crise o saldo geral teve uma notável recuperação, mas entrou em rota de queda no final de 2009.

O comércio e a campanha eleitoral de Barack Obama

Neste contexto, durante a campanha presidencial, Barack Obama afirmou ser preciso fundar um novo consenso doméstico com um duplo objetivo: tornar os Estados Unidos competitivos no cenário internacional e viabilizar politicamente uma nova política de comércio internacional (Mendonça e Lima, 2008). A explicitação desse duplo objetivo é o ponto de partida para pensar a proposta do candidato, pois eles refletem debates mais profundos, que datam do imediato pós-Guerra Fria e marcam uma crescente polarização política com reflexos partidários.

O candidato democrata, que como senador apresentou um histórico de votações pró-liberalização de 36%, criticou a proliferação de acordos comerciais da administração Bush que, na sua concepção, integrava os Estados Unidos a uma globalização que produzia poucos benefícios para a classe média e em especial para os trabalhadores menos qualificados. Obama apontou motivos internos e externos para isso.

Internamente, notava-se a carência de competitividade de alguns setores e a necessidade de auxiliá-los para competir internacionalmente. Os trabalhadores pouco qualificados seriam os mais atingidos pelos deslocamentos resultantes do comércio internacional, incluídos aí aqueles do setor de serviços. Nesse sentido, historicamente o *Trade Adjustment Assistance (TAA)* tem sido o mecanismo a que se recorre quando se propõe auxiliar os trabalhadores e empresários a se adaptarem à competição internacional. Obama, não diferente, afirmou a necessidade de reformar esse programa para torná-lo mais abrangente e eficiente, com vistas a tornar os duros ajustes provenientes do mercado mais suaves e favorecer a permanência de empresas e empregos.

No plano externo, o democrata sustentou que algumas práticas de outros países criavam vantagens injustas a eles e em detrimento dos Estados Unidos. A principal crítica seria ao mercado de trabalho nos países parceiros que pagam salários considerados muito baixos e que não fornecem ou não possibilitam condições de dignidade para os trabalhadores. Isso baixaria os custos de mão-de-obra nesses países, resultando em desemprego nos Estados Unidos. O combate a essas práticas foi proposto em duas frentes: na externa, promovendo acordos que modifiquem as regras trabalhistas e, na doméstica, modificando leis para que empresas que pratiquem *outsourcing* tenham colaterais em termos de impostos. Paralelamente, empresas que privilegiassem empregos nos Estados Unidos deveriam contar com incentivos fiscais. Outra condição que tornava a competição internacional injusta contra os Estados Unidos seriam as regras de proteção ao meio ambiente. Estas seriam menos rígidas em outros países, permitindo que empresas operem com menores custos no exterior e exportem aos Estados Unidos.

Em suma, combater o chamado *unfair trade* era visto como uma necessidade econômica – pois tem relação com o desempenho comercial de uma economia cada vez mais integrada à internacional – e política – pois deveria ser capaz de angariar apoio para uma política comercial atuante e ao mesmo tempo evitar um descontentamento profundo com a inserção internacional a ponto de reverter a tendência liberalizante desde o pós-II Guerra.

O posicionamento de Obama sobre o NAFTA ao longo da campanha também foi ilustrativo da posição da liderança democrata. Enquanto o republicano McCain se apresentava como um defensor do acordo, Obama o criticou veementemente, basicamente pelos motivos aludidos acima, e prometeu reformar o acordo. O CAFTA-DR seria um próximo alvo, pois é abertamente contestado pelos democratas em termos de regras trabalhistas e ambientais.

A política comercial da administração Obama (2009-2012)

Eleito presidente, Obama apresentou uma agenda de política comercial para o seu primeiro ano de mandato consoante com sua campanha eleitoral, embora sem medidas de grande envergadura, o que levou muitos analistas, como Barfield e Levy (2009) a classificarem-na de apática. De fato, não houve uma nova arquitetura de política comercial e a sua discrição pode ser atribuída ao exíguo espaço para consenso bipartidário, principalmente após 2011 quando o partido democrata perde a maioria na Câmara, pela priorização de outros temas e pela necessidade de construção de uma doutrina que conjugasse, de forma nova, as *trade related issues*. Nem o NAFTA, nem o CAFTA-DR foram tocados. No segundo ano de mandato, a administração apresentou a Iniciativa Nacional de Exportação e passou a mostrar maiores detalhes do que seria o comportamento internacional dos Estados Unidos.

Produzido pelo USTR sob chefia de Ron Kirk[1], os documentos *The President Trade Policy's Agenda*[2] de 2009 e de 2010 possuem um tom bastante diferenciado daqueles produzidos pela administração Bush. Os textos expressam de forma contundente que o objetivo da política comercial deve ser o de buscar o bem-estar das famílias norte-americanas. Isso parece uma obviedade, no entanto, essa afirmação denota justamente um aspecto mais discreto da política comercial naqueles dois primeiros dois anos, isto é, afastado de grandes e enérgicas negociações internacionais.

1 Como lembrou Jamil Chade, em seminário realizado no Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos, Kirk não tinha histórico em política comercial e sua ocupação do cargo de chefe do USTR seria algo transitório, já que o ex-prefeito de Dallas almeja posições de maior evidência no governo. Contudo, ao olharmos a história do USTR, podemos notar que outros chefes do USTR de desempenho destacado também não possuíam grande experiência em comércio internacional como, por exemplo, Robert Strauss. Kirk chefiou a pasta durante todo o primeiro mandato de Obama.

2 O documento The President Trade Policy's Agenda é um texto oficial que exprime as diretrizes básicas que o Executivo pretende adotar. Revela objetivos de curto e de longo prazo. Não é suficiente para mapear completamente o plano que a administração elabora – além de ser público, o plano pode ser alterado em função de choques internos e externos – mas apresenta alguns temas e objetivos considerados de maior relevância.

De início, nota-se a ausência da vinculação entre comércio e segurança, algo que era comum durante a administração Republicana (Phillips, 2007; Lima, 2009). Com isso, a tentativa de securitização da política comercial exercida por Bush foi amenizada, o que é uma dissociação importante, pois desde a década de 1970 a vinculação entre os dois temas passou a ser crescentemente contestada pela sociedade. Robert Zoellick, o principal artífice da política comercial de Bush, buscou reavivar a associação na esteira do 11 de setembro, mas foi algo que teve uma curta duração e não foi capaz de sustentar um amplo consenso bipartidário para o projeto de liberalização competitiva, como revelam as apertadas margens de aprovação da legislação comercial de 2002 e de alguns acordos bilaterais.

Contudo, vincular comércio a outros temas parece uma tendência inexorável da política norte-americana, ao menos no discurso que visa ao público interno. As *Trade Related Issues* são particularmente relevantes na administração Obama e buscam angariar apoio de forças sociais (sindicatos, ambientalistas, empresários e a opinião pública) necessárias para se formar um novo entendimento bipartidário. Nesse sentido, a administração apresentou os temas de energia, meio ambiente e de competitividade global como prioridades em 2009 (USTR, 2009). Contudo, foi a questão da competitividade ganhou um plano elaborado e detalhado.

A competitividade da economia norte-americana beneficia-se de um sistema multilateral estável e, por isso, reafirmou-se o compromisso amplo da administração com o regime da OMC e com a conclusão da Rodada Doha. Entretanto, a política comercial dos Estados Unidos no primeiro governo Obama considera a impossibilidade de se avançar nas negociações comerciais multilaterais, uma das principais características da postura discreta de Obama em termos comerciais. Como afirmam Zahran e Camargo (2011:11), "constrangida por pressões políticas domésticas, por uma economia em fraca recuperação e em vias de concorrer à reeleição em 2012, a administração Obama não tem condições de fazer grandes investimentos em rodadas multilaterais de comércio." Apontou-se a necessidade de corrigir desequilíbrios nas negociações e elucidar 'flexibilidades' que obscurecem compromissos de outros países, sugerindo uma abordagem mais dura em relação aos países em desenvolvimento. Em 2010, China, Índia, Brasil e a Rússia, em menor medida, foram apontados como países estratégicos e interlocutores-chave tanto para as negociações multilaterais, quanto para entendimentos bilaterais. Apesar disso, seja por resistência americana ou daqueles países, não houve negociações liberalizantes entre eles. A via bilateral também não assistiu grandes esforços. Durante o governo Obama, assistimos à ratificação em 2011 dos acordos com o Panamá, Colômbia e Coréia do Sul.

Em nossa interpretação essas iniciativas e postura refletiam a necessidade de se capitalizar politicamente a administração para que ela possa praticar uma política comercial mais ativa em termos de negociações internacionais no segundo mandato. Sinal adicional disso foi que não houve nenhuma tentativa de conseguir uma autorização *fast-track* junto ao Congresso durante todo o primeiro governo, situação que só muda em 2013. Em 2011 os senadores republicanos incluíram num projeto de lei uma emenda para conceder ao presidente a TPA, mesmo sem a solicitação de Obama. Os democratas, no entanto, rejeitaram-na numa votação que a derrubou por 55 a 45. A administração reforçou que o momento ainda não era oportuno para solicitá-la já que uma nova política de acordos comerciais ainda não havia sido completamente desenhada (Karol, 2012). Mesmo que o episódio tenha sido uma manobra Republicana para fazer os democratas rejeitarem a medida, ela denota a reticência de Obama no tema de acordos comerciais durante o primeiro governo.

A relação entre os poderes Executivo e Legislativo é da maior relevância para entendermos a exígua margem de manobra de Obama. A intensa busca pela liberalização bilateral de Bush, com apoio praticamente exclusivo dos republicanos, partidarizou ainda mais a política comercial, alienando democratas e diminuindo bastante a probabilidade de construção de uma coalizão bipartidária. Quando os democratas tomaram a maioria na Câmara e no Senado a situação se agravou, juntamente com o crescente clima de contestação à globalização e da sua faceta comercial pelas bases do partido, eliminando qualquer possibilidade de uma nova *Trade Promotion Authority*. Em 2009, uma ala antiglobalização do Partido democrata passou a sugerir propostas para uma 'nova política comercial', como a *Trade Reform, Accountability, Development, and Employment* (TRADE) *Act* (HR3012). Se aprovado, o projeto

mudaria o pacto de distribuição de poder entre o Executivo e o Legislativo, fortalecendo esse último por meio de exigências como a "revisão de todos os acordos comerciais existentes antes de o Congresso aceitar novos acordos" e "potencialmente requerer a renegociação dos acordos existentes se eles não contemplarem as novas regras do Congresso para direitos trabalhistas, padrões de emprego, meio ambiente, direitos humanos, manipulação monetária e segurança alimentícia e de produtos" (Barfield e Levy, 2009: 20). Ademais, o projeto demandava maior participação dos congressistas durante as negociações internacionais, inclusive com a possibilidade de vetar um acordo ainda durante a negociação.

Ikenson e Lincicome (2009) sustentam que, em parte, isso resulta do rancor acumulado enquanto os democratas eram minoria e não tiveram o acesso que consideravam razoável aos processos de formulação e negociação comerciais, o que contribuiu para a partidarização e fez emergir a demanda por um processo mais transparente. Conforme Destler (2005), esse projetos tem mais o objetivo de mandar sinais para a administração e inserir as demandas no debate legislativo do que realmente se tornarem leis.

Considerações finais

Obama herdou uma relação Legislativo-Executivo desgastada. Para reconstruir essa relação, que ele mesmo criticou, a opção foi praticar uma política de baixas ambições internacionais e concentrada no *trade enforcement*, como algo capaz de produzir resultados concretos mais rapidamente. A questão do *enforcement* é observada de perto pelos congressistas pois, em geral, consideram o Executivo complacente com os parceiros comerciais dos EUA. O deputado Levin chegou a reintroduzir um projeto de lei (H496) que criaria um "*Congressional Trade Enforcer* independente, com poder para investigar barreiras ao comércio exterior e submeter acusações ao comitê de Ways & Means e ao USTR. Embora o USTR não fosse ser obrigado a agir sobre essas acusações, a não ação poderia resultar em um voto de repúdio do comitê" (Barfield e Levy, 2009: 19). Novamente, seria mais um movimento para chamar atenção para o debate do que uma proposta visando à concretude.

Isso também foi uma consequência direta do descaso do USTR de Bush em relação aos Comitês de Ways & Means e de Finanças, o que foi particularmente agudo no período em Robert Zoellick chefiava a agência. Naquele período, o USTR de certo modo politizou ainda mais o programa de acordos comerciais, negociando com países menores do ponto de vista comercial, justificando-os em termos de política externa e de segurança nacional, sem se sujeitar ao *oversight* do Congresso. Robert Portman, que sucedeu Zoellick, tentou reestabelecer a credibilidade do USTR junto aos congressistas, valendo-se de sua própria experiência como legislador, mas ficou pouco no cargo. Já Susan Schwab, a última chefe do USTR de Bush, não tinha o poder político necessário para tocar o órgão e acabou paralisada pela tomada do poder pelos democratas, em 2006, e pelo desgaste de final de mandato da administração Bush.

Entre outros componentes que contribuíram para a erosão de um consenso mínimo bipartidário está a percepção do público sobre os malefícios da globalização, como dito[3]. Contudo, uma grande parte do esgarçamento pode ser creditado à doutrina da Liberalização Competitiva de Bush. Afinal, alguns acordos comerciais expuseram fraturas políticas em torno de meio ambiente, relações trabalhistas e patentes farmacêuticas e, apesar de o balanço comercial dos Estados Unidos ter se tornado positivo com os países com os quais têm acordos, com exceção de Israel, a continuação da proliferação de bilaterais esteve congelada (USITC, 2009). Por isso o USTR, agência recorrentemente contestada por congressistas, apresentou um papel muito diferente na administração Obama.

3 Uma ampla pesquisa de opinião organizada pelo Council on Foreign Relations apresenta números sobre a rejeição do público à globalização, entendida como integração à economia internacional. CFR. Public Opinion on the global issues, 19 nov. 2009. Disponível em: <http://www.cfr.org/publication/20137/us_opinion_on_the_global_economy.html?breadcrumb=%2Fthinktank%2Fiigg%2Fpop%2F>. Acesso em: 2 dez. 2009.

Outro fator importante é o peso dado ao Departamento de Estado por essa administração. Na geografia do poder burocrático formada por Estado-Defesa-CSN-Tesouro, claramente o Departamento de Estado assumiu posição dominante, substituindo o Departamento de Defesa e o Conselho de Segurança Nacional que eram mais fortes na administração Bush. Essa mudança reverberou em toda a agenda de política externa americana, com reflexos sobre o papel mais discreto do USTR.

Assim, a administração Obama entendeu que seria mais interessante buscar trabalhar para eliminar barreiras irregulares às exportações, por meio de negociação no âmbito dos tratados já constituídos, sem que houvesse a necessidade de proliferação de tratados de livre-comércio. Algo que pudesse trazer resultados concretos rápidos, ainda que pontuais, mas que fosse capaz de restabelecer a confiança do Congresso no comprometimento do Executivo com o que seriam as reais necessidades de empresários, agricultores e trabalhadores, segundo a percepção dos legisladores. Um esforço nesse sentido foi justamente a renovação do *Trade Adjustment Assistance* (TAA).

Cabe destacar que a retirada (aparentemente) momentânea das grandes negociações comerciais, acompanhada da concentração em pontos específicos da agenda comercial para capitalizar politicamente o Executivo é algo frequente na história americana. Exemplos contundentes foram as negociações com o Japão nos anos 1980 e 1990 e a utilização da Seção 301 (Mendonça, 2011). Na administração Obama foram realizadas negociações para a abertura do mercado de carnes com a União Europeia e com o Chile e outras menos específicas com a China, o Japão e outros países.

Entretanto, movimentos recentes apontam para uma postura mais ativa no segundo governo. A conjuntura dos primeiros quatro anos da gestão Obama (crise de Doha, crise financeira, pressão para geração de emprego), somado à tradicional defesa incondicional da superioridade técnica do livre-comércio por parte do governo norte-americano e ao déficit comercial tem feito com que a política comercial do governo Obama negociasse a tradicional agenda de comércio dos Estados Unidos em outros fóruns. Como desdobramento, o segundo governo será marcado pela intensificação, ainda mais se o pedido de *fast track* for aprovado, de outros tipos de negociações comerciais, anda mais se a via multilateral continuar travada: as saídas oceânicas, com a parceria transpacífica e com o acordo atlântico de comércio e investimentos (EUA-União Europeia)

Bibliografia

BARFIELD, Claude e LEVY, Philip. "In Search of an Obama Trade Policy". *International Economic Outlook*, nº 1, American Enterprise Institute for Public Research. Agosto de 2009.

BASTOS, P. P. Z. A política comercial estadunidense: a estratégia de liberalização competitiva, os acordos bilaterais e a ALCA. Economia Política Internacional: Análise Estratégica, Campinas, v. 4, p. 34-42, 2004.

BHANDARI, Surendra e KLAPHAKE, Jay. "U.S. Trade Policy and The Doha Round Negotiations" *Ritsumeikan Annual Review of International Studies*. Vol.10, 2011.

CHUKWUMERIJE, Okezie. "Obama's trade policy: trends, prospects, and portends". *U.C. Davis Journal of International Law & Policy*. Vol. 16, nº 1, 2009.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS AND UNIVERSITY OF MARYLAND. (2009) *Public Opinion on the global issues*, 19 de novembro. Disponível em: <http://www.cfr.org/publication/20137/us_opinion_on_the_global_economy.html?breadcrumb=%2Fthinktank%2Fiigg%2Fpop%2F>. Acesso em: 2 dez. 2009.

DESTLER, I. M. America trade politics. 3th ed. Massachusetts: Institute for International Economics, 1995

IKENSON, Daniel e LINCICOME, Scott. "Audaciously Hopeful: How President Obama Can Help Restore the Pro-Trade Consensus". *Trade Policy Analysis*, nº 39, Center for Trade Policy Studies. CATO Institute. 28 de abril de 2009.

KAROL, David. *Congress, the President and Trade Policy in the Obama Years.* Artigo apresentado no painel Congress and the Politics of Trade, realizado no Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, D.C., March 19,2012

LIMA, Thiago. "A política comercial da administração Bush: o CAFTA-DR e a resistência interior". *Revista Brasileira de Política Internacional.* Vol. 52, nº 1, 2009.

LIMA, Thiago. "Segurança e livre comércio: a política comercial dos Estados Unidos para a América Latina". In: AYERBE, Luis Fernando (org.). *De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MENDONÇA, Filipe e LIMA, Thiago. "A corrida eleitoral entre Obama e McCain: propostas para política comercial". *Meridiano 47*. Vol. 9, nº 99, 2008.

MENDONÇA, Filipe . Entre A Teoria E A História A Política Comercial Dos Estados Unidos Na Década De 1980. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 296p .

MENDONÇA, Filipe ; SILVA, Daniel . Doha Fora Dos Trilhos? Desafios Para a Nova Governança Global e as Especificidades do Sistema GATT/OMC. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 1, p. 282-321, 2012.

SCHOTT, Jeffrey J. (ed) *Free Trade Agreements: US Strategies and Priorities*. Washington: Institute for International Economics, 2004.

SCHOTT, Jeffrey J. "Trade policy and Obama administration". *Business Economics*.

ZAHRAN, Geraldo & Camargo, Ana Carloina. Dilemas e perspectivas da agenda comercial dos Estados Unidos. Panorama OPEU. n. 1, outubro de 2011

Resumo:

Este artigo tem por objetivo sistematizar alguns dos principais pontos da agenda comercial dos Estados Unidos durante os quatro primeiros anos da gestão Obama. Identifica-se uma postura "mais discreta" do presidente Obama se comparado com governos anterior em questões de política comercial, o que não significa uma postura "pouco ativa".

Abstract

This article aims to systematize some of the main aspects of the US trade agenda during the first four years of Obama administration. It identifies a "more discreet" attitude of the President Obama on trade policy compared to previous governments. However, this posture does not mean that the US government has been inactive.

Palavras-Chave: Política Comercial; Estados Unidos; Barack Obama
Key-Words: Trade Policy; United States; Barack Obama

Recebido em 27/08/2013
Aprovado em 28/10/2013

Resenha

Pour l'histoire des relations internationales[1]

José Flávio Sombra Saraiva*
Natália Bandeira Ramos Coelho**
Maria Helena de Aguiar Notari***

Publicada, em 2012, pela *Presse Universitaires de France*, a obra do renomado professor Robert Frank, herdeiro da Escola Francesa, é um manifesto em defesa da História das Relações Internacionais. A revolução da disciplina, feita por Renouvin e Duroselle, na primeira metade do século XX, transformou a história diplomática em um estudo mais amplo, analisando forças que vão além dos documentos oficiais e abrangem as relações entre os povos e as sociedades. Na visão do autor, apesar dessa revolução, a disciplina ficou com uma imagem negativa e anacrônica, pois permaneceu identificada à antiga história linear das chancelarias. Dessa forma, o historiador francês de origem judia e escocesa, escreveu este livro de referência, um verdadeiro manual, em que compila as principais evoluções desenvolvidas na Escola Francesa de Relações Internacionais desde seu surgimento até os dias atuais.

A obra está organizada em cinco grandes partes que, ao longo de trinta capítulos e 756 páginas, escritas com a colaboração de vinte e um autores, analisam as transformações na História das Relações Internacionais. A disciplina foi profundamente renovada pelo contato com outras ciências sociais e desenvolveu vasta diversidade de métodos e abordagens. Uma das preocupações principais do livro é analisar a relação entre a construção das democracias europeias e a evolução dos sistemas internacionais a partir do século XIX. O autor demonstra que medidas democratizantes, como a implantação do sufrágio universal, não foram acompanhadas de semelhante processo de democratização na política internacional, que, até a I Guerra Mundial, continuou sob o comando restrito de chefes de governo e de gabinetes diplomáticos, passando ao largo dos parlamentos e da opinião pública.

Na primeira parte do livro, Robert Frank analisa a forma como os historiadores interpretam e utilizam-se das grandes escolas de Relações Internacionais. De acordo com sua visão, todo historiador é forçosamente construtivista, sendo seu dever estudar as subjetividades coletivas, as percepções e as identidades de uma época. O autor tenta, dessa forma, resgatar o espaço do historiador na análise das relações internacionais, em constante transformação, pois o entendimento profundo do contexto histórico é fundamental para impedir que os fatos do passado, retirados

1 FRANK, Robert. *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012. ISBN: 978-2-13-060624-6

* Professor Titular em Relações Internacionais, por concurso público, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB. Possui graduação em Relações Internacionais pela UnB (1981), mestrado em História pelo *El Colegio de México* (1985), doutorado por meio de PhD em Humanidades, área de História e Relações Internacionais, na *The University of Birmingham* (1991) e estudos pós-doutorais em Relações Internacionais pela Universidade de Oxford, Inglaterra (jfsombrasaraiva@gmail.com).

** Mestranda em Relações Internacionais na linha de pesquisa História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (nataliabrcoelho@gmail.com).

*** Mestranda em Relações Internacionais na linha de pesquisa História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (helenanotari@gmail.com).

de seu contexto e de sua complexidade, sejam instrumentalizados de forma a justificar ações estatais e decisões que possuem poder sobre a vida dos indivíduos.

Além de analisar as relações entre as esferas nacional, internacional e transnacional, a segunda parte do livro visa explicar como as hierarquias entre as potências são construídas no sistema internacional contemporâneo, fortemente influenciado pela descolonização, pelas organizações internacionais e pelas dinâmicas da transnacionalização. Segundo o conceito adotado por Robert Frank e Jean-Claude Allain, a hierarquia entre as potências existe porque os Estados não são iguais em suas capacidades de impor sua vontade aos seus pares. Ao tecer características e definições para a hiperpotência, as superpotências e para as grandes, médias e pequenas potências, os autores destacam alguns aspectos do sistema internacional contemporâneo. O surgimento de novos atores estatais oriundos dos processos de descolonização, que multiplicou o número de pequenas potências, e a criação de novos arranjos político-diplomáticos compostos pela agremiação de médias potências, como o BRICS e o IBAS, criaram novos jogos de escala, reorganizando a hierarquia do sistema internacional.

Na terceira parte do livro, Robert Frank analisa a relação da esfera política com a econômica e a cultural. Há uma combinação de autonomia e de interdependência entre essas dimensões, que são dosadas de porosidades, permitindo influências recíprocas, e, simultaneamente, limitando essas interferências. O processo de integração europeia é o exemplo, citado pelo autor, para caracterizar essa dinâmica. Desde a década de 1950, a construção da Europa foi feita, essencialmente, a partir da dimensão econômica; a despeito de ter ocorrido o efeito *spill over* sobre o domínio político, não se conseguiu criar uma Europa politicamente unida, como almejavam os primeiros idealizadores da unificação. Para o autor, isso demonstra claramente os limites da influência interdimensional, processo que ocorreu de forma análoga no domínio cultural: embora tenha aumentado o sentimento de pertencimento a uma identidade europeia, a passagem dessa identidade cultural para uma identidade política não foi automática.

Na penúltima parte, o autor retoma o estudo, iniciado por Duroselle, de análise do homem de Estado, de sua personalidade e da interação dialética entre ele e as forças profundas. Ressalta-se a importância de reconstituir a forma pela qual são elaboradas as políticas internacionais em torno dos tomadores de decisão: como esses se situam em relação às redes, ao seu entorno e aos grupos de pressão. O livro retoma os avanços da História das Relações Internacionais sob a perspectiva das teorias de processo decisório, da análise da máquina diplomática, da administração estatal, das questões estratégicas e das ações culturais. Robert Frank destaca a importância dos estudos biográficos por favorecerem a compreensão do homem de Estado, de sua cultura, de seus preconceitos e de sua posição social, tendo em vista a relativa margem de manobra que ele possui para agir e, portanto, para implementar, modificar ou criar políticas internacionais.

Na quinta e última parte, o livro problematiza questões europeias, que abrangem temas variados e que extrapolam o atual processo de unificação europeu. Sobressaem as discussões quanto as possíveis extensões da Europa, com a inclusão das partes ocidental, central, oriental e, até mesmo, da Rússia. A influência das relações transatlânticas, em especial com os Estados Unidos, são consideradas vitais para a formação da Europa atual. Outra questão discutida pelos autores é a da identidade: como evoluiu o sentimento de pertencimento a uma cultura europeia diante da unificação econômica e política; se haveria uma identidade única ou uma sobreposição de identidades regionais, nacionais e europeia.

Ao fim da obra, Robert Frank enfatiza a importância de entender-se o momento atual da mundialização, em que os historiadores de todas disciplinas devem engajar-se em uma história verdadeiramente internacional e transacional das nações, ajudando a «*penser historiquement la complexité de ces 'relations' humaines, trop humaines, à travers les frontières*". Robert Frank faz importante contribuição teórica à disciplina com a proposição do conceito de *dynamiques* em substituição à noção clássica de forças profundas. A inovação justifica-se, segundo o autor, em razão do caráter demasiadamente estático, estatocêntrico e nacional do conceito renouviniano. A evolução da História

das Relações Internacionais criou a necessidade de encontrar um conceito mais amplo que extrapolasse o horizonte estatal e nacional. Não se trata mais de estudar apenas as forças profundas que influenciam os estadistas e seus processos de decisão, mas também de se pensar o estudo das dinâmicas transnacionais que circulam e atravessam os espaços, transformando as sociedades.

Recebido em 30/07/2013
Aprovado em 18/09/2013

Resenha

The Political Economy of East Asia: striving for wealth and power[1]

Alexandre Cesar Cunha Leite*

Já faz algum tempo que os pesquisadores que tratam das relações internacionais na Ásia sentem a necessidade de associar os temas tradicionais do campo das relações internacionais com os conhecimentos oriundos da economia política. Tal ocorrência deve-se ao fato de que os estudos de Economia Política Internacional (EPI) ainda são bastante influenciados pela corrente ocidental, notadamente de vertente norte-americana e inglesa. A escola francesa veio a décadas atrás lançar luz sobre tais estudos escapando da armadilha dos pressupostos homogêneos e deixando de lado a leitura contextual originada no *mainstream*. Contudo, tal corrente é pouco difundida no ambiente acadêmico. É nesse sentido que se deve sublinhar a contribuição de Ming Wan ao propor um estudo da economia política do leste asiático.

O objetivo de Wan (2008) é organizar um livro que aglutine questões relativas ao comércio, produção, finanças e moedas, porém entendidas dentro de um cenário de características distintas daquelas vigentes nos países ocidentais. Logo, torna-se necessário partir de premissas diferenciadas para que se entenda a economia política da região do leste asiático. Dentre essas destaca-se a questão do regionalismo, devidamente tratada no capítulo 11 da obra. O capítulo supracitado chama atenção pois tal assunto merece uma formulação conceitual transcende a proximidade geográfica, trazendo à tona outros elementos analíticos complementares tais como a complementaridade, o esforço de cooperação e a coesão regional.

Outro ponto relevante para o estudo da economia política do leste asiático ressaltado pelo autor é que não se pode fragmentar a compreensão da economia da região de assuntos de segurança (Goldstein & Mansfield, 2012)[2], para os países da região, notadamente os principais – China e Japão -, mas também para a Coréia do Sul e Coréia do Norte, Taiwan e demais nações, desenvolvimento é questão de segurança, portanto, para que se entenda as forças regionais e sua dinâmica torna-se necessário compreender sua economia política do desenvolvimento e vice-versa.

Alguns pontos que merecem destaque na obra de Wan (2008). O primeiro deles é escapar do conceito "eurocêntrico" de EPI sustentado na rejeição da forma simplista como tal conceito trata das relações entre os atores nas relações internacionais. Segundo o autor, a Ásia oferece ao mundo e aos estudiosos da EPI um contexto mais complexo, moldado por elementos culturais, pela rica história regional, pelo modelo institucional e pelo tratamento das variáveis econômicas e sociais presentes na região. Consequentemente, sua abordagem aproxima-se de um somatório de contribuições da sociologia histórica, da análise comparativa da política econômica e do estudo das

1 WAN, Ming. *The Political Economy of East Asia: striving for wealth and power*. Washington-DC: Congressional Quarterly Press, 2008. ISBN: 978-1-933116-01-4.

* Professor adjunto do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico – GEPAP/UEPB/CNPq e pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre Potências Médias – GPPM/PUCMINAS/CNPq. (alexandre.leite@ccbsa.uepb.edu.br)

2 GOLDESTEIN, Avery, MANSFIELD, Edward. *The nexus of economics, security and international relations in East Asia*. Stanford University Press, 2012.

relações entre os diversos atores regionais. Segundo Wan (2008: 5), o livro fundamenta-se na concepção de economia política como a interação dos fatores políticos e econômicos os quais devem ser estudados conjuntamente pelo uso de um grupo de instrumentos metodológicos. Exemplo dessa necessidade é a presença em uma mesma regiões de países de economias mais "fechadas", países que vem efetuando transição do comunismo para o capitalismo e países que já estão em níveis avançados de desenvolvimento capitalista.

A segunda contribuição a ser ressaltada na obra de Wan é a relevância atribuída às instituições e o estudo da sua função nas relações internacionais. Seguindo um arcabouço teórico proposto por Hall & Taylor (1996)[3] o autor parte do conceito de instituições como constructos humanos, influenciados em sua formação por questões culturais, históricas, políticas e econômicas. Segundo Wan (2008: 9) tais fatores devem ser considerados, especialmente no caso asiático, pois os Estados que emergem da região não seguem a mesma formação dos Estados europeus.

Outro ponto salientado pelo autor é que a ideia de Estado e Mercado como entidades máximas da EPI tradicional devem ser adequados ao cenário asiático visto que não há uma uniformidade presente nas nações da região no que concerne ao peso absoluto e relativo atribuído ao Estado e ao Mercado. O exemplo citado para tal distinção são as análises comparativas de nações como a China e Japão.

A obra encontra-se dividida em três partes, a saber: a Parte I contempla a introdução ao estudo da economia política do leste asiático, destinado a definições conceituais, e a apresentação das economias dos países que compõem a região; a Parte II traça um histórico dos acontecimentos políticos e econômicos que atingiram a região, cujo destaque pode ser atribuído aos capítulos 5 e 6 que tratam do milagre asiático "East Asia Miracle" e da crise precipitada no final dos anos 1990 sobre os mesmos países; a parte III trata especificamente de assuntos de economia política do leste asiático, tendo como principais pontos a ser descritos e analisados a produção, o fluxo de comércio, o lado financeiro, as relações monetárias e por fim o regionalismo.

Conclui-se aqui que a obra de Wan constitui-se em uma leitura que agrega conhecimento àqueles que trabalham com os estudos asiáticos. É inegável que uma única obra não pode dar conta de todos os temas e assuntos relativos a uma região de tamanha complexidade política e econômica; não obstante tem seu destaque por tratar do tema seguindo o propósito de combinar a análise política e econômica da região segundo suas características e segundo sua formação histórico-sociológica.

Recebido em 02/09/2013
Aprovado em 18/09/2013

3 HALL, Peter, TAYLOR, Rosemary. Political Science and the three institutionalism. *Political Studies*. v. 44, n. 4, December, 1996. pp. 936-957.